



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

# SESSÃO ORDINÁRIA

## DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

17 Fevereiro 2010

Acta nº

1

### Acta nº 1 | 17 Fevereiro 2010

Nos termos do disposto no número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada pela Lei número cinco, traço, A, barra, dois mil e dois, aos dezassete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, reuniu nesta cidade do Cartaxo e Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Cartaxo, sob a presidência da Presidente da Mesa, Dra. M.<sup>a</sup> Manuel B. Vitorino de Sousa V. Simão, coadjuvado pelo 1º Secretário, Sr. Fernando Manuel Duarte Santos e pela 2ª Secretária, Dra. Joana Maria Ferreira Vergas, PS. -----

Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes Deputados

Municipais: -----  
Vasco Manuel Henriques Cunha, PSD -----  
Hélia Maria Duarte Monteiro Baptista, PSD -----  
Bernardo José Martins Pereira, PS -----  
Carlos Manuel da Silva Mota, CDU -----  
Rita Roque Aires Gameiro Santos, PS -----  
Pedro Miguel Barata Almeida, PSD -----  
António Pedro Mendonça Vieira, BE -----  
Pedro Miguel Carvalho Monteiro, PS -----  
Paulo Jorge Clemente Mota, PSD -----  
António José de Amendoeira Pego, PS -----  
Maria Emília da Graça Soares, CDU -----  
Ana Rita Rodrigo Monteiro Rodrigues, PS -----  
Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, PSD -----  
José Francisco Rodrigues Fernandes, PS -----  
Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar, PPD/ PSD -----  
Jorge Manuel Pisca Amorim Lúcio, PS -----  
Maria Odete Lúcio Cosme, BE -----  
Rodrigo António Ferreira A. Rodrigues, CDU -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Manuel Luís Salgueiro, PS -----  
João Vasco Clemente Mota, PSD -----  
Rogério Luís Dias Santos, PS -----  
José António Coelho Sobreira, PS -----  
Manuel Alfredo Moreira Fabiano, PS -----  
Joaquim Edgar C. Oliveira, PS -----  
Fernando de Jesus Ramos, PS -----  
Luís Miguel Inglês Nepomuceno, PS -----

Para além de todos os membros acima identificados, estiveram presentes da parte do Executivo Municipal o Senhor Presidente de Câmara, o Senhor Vice-Presidente de Câmara, o Senhor Vereador Eng. Pedro Franco, o Senhor Vereador Dr. Pedro Reis, o Senhor Vereador Paulo Neves -  
-----

**ABERTURA:** Verificada a existência de quórum, a Senhora Presidente, declarou aberta a presente sessão quando eram dezassete horas.-----

**A SENHORA PRESIDENTE** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----  
“Cumprimento a Mesa, os restantes membros desta Assembleia, os representantes da Câmara Municipal, o Público e a Comunicação Social.” -----  
Informo que se encontra disponível na Mesa a correspondência recebida desde a última sessão.-----  
-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

**Discussão e Aprovação da Acta nº5 de 2009 e da Acta nº6 de 2009:** -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
“Eu só queria referir que têm em cima da mesa um inquérito que veio do ministério da administração interna para ser preenchido por todos os membros da AM. Tenho 4 inscrições.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Profª. Maria Emília Soares - CDU**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Boa tarde a todos presentes da mesa, colegas de bancada, público, comunicação social. -----  
Eu gostaria de referir que na acta de 30 Novembro há três situações que eu queria alertar. E peço imensa desculpa que eu não tenho internet por isso não fiz chegar mais cedo. Portanto na página 6, é um preciosismo a nível de português, onde diz o membro da Assembleia Municipal Sr. Carlos Mota, não é por ser ele, é o porque calhou ler aqui, onde diz "Cumprimento os presentes e relativamente a esta questão lamentou". Ou é lamenta ou é lamento?”. -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
“É lamento.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Profª Maria Emília Soares - CDU** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Depois na pág. 12, também temos a mesma situação. “ -----



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Pedro Mendonça – BE** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Depois, na acta 6 de 30 Dezembro, gostaria de referir que a proposta do Conselho Municipal da Juventude que foi à votação, foi do PSD e não da CDU. Agradecia que pudessem corrigir. É na página 11.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Agradecia que sempre que façam intervenções se identifiquem, por causa da gravação, senão torna-se mais complicado.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª Hélia Maria Baptista - PSD** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Correcção relativamente à acta nº 5 de 30 Novembro. Página 13 onde diz é de balizar, não é de balizar é de salientar também.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“A acta está gravada e transcreveu-se exactamente o que foi dito.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª Hélia Maria Baptista - PSD** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu disse salientar. Isto nem faz sentido.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Em princípio isto baseia-se no que foi dito, mas tudo bem. É salientar.” -----

**A Membro da Assembleia Municipal Prof.ª Emília Soares – CDU** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Nós temos também pequenos reparos de português na acta que não vamos tocar neste momento porque não achamos que seja muito importante. Para nós era importante saber se as gravações áudio são guardadas e se estão disponíveis caso existam dúvidas em actas futuras para votar a avaliação das mesmas antes de serem assinadas. Muito obrigado.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“As gravações são guardadas, e penso que poderão ser ouvidas se houver alguma dúvida. Nós procuramos de qualquer maneira dentro do que é possível transcrever o que foi dito. -----  
Mais algum membro da assembleia quer intervir sobre as actas?” -----

**O Membro da Assembleia Dr.ª Rita Gameiro – PS**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

“Queria deixar aqui uma nota relativamente à página nº 1 da acta nº 5 de 30 Novembro. Eu não estive presente nesta assembleia.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Nós já demos por esse lapso. A Dr. Rita não esteve presente foi substituída pelo Sr. Hugo Albuquerque. Foi um lapso.” -----



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**O Membro da Assembleia Sr. Manuel Fabiano – PS**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Era só para falar aqui acerca de uma correcção. Eu não acredito que eu tenha dito isto, mas possivelmente posso ter percebido mal. Na acta nº 6 página 16, acerca do equipamento da ETAR, não é "o plâncton." Era bom que aquilo realmente fosse plâncton. " -----

**O Membro da Assembleia Eng. Pedro Barata – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Quero fazer aqui uma pequena sugestão á mesa. Que tal como recebemos no mandato anterior, se fosse possível enviar as actas por e-mail para podermos fazer estas correcções, poderíamos ser aqui mais rápidos na votação das mesmas, e estas pequenas dúvidas e pequenos esclarecimentos seriam antecipadamente resolvidos. É uma sugestão.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu agradeço a sugestão. Não foi possível mandar porque estas duas actas levaram bastante tempo a fazer, e portanto estava muito em cima do envio para o Srs. membros da assembleia. Eu ia exactamente fazer essa sugestão. Não só corrigir mas para pouparmos o papel, á semelhança do que se fez com o regimento, exceptuando claro para aqueles membros da assembleia que não têm e-mail, que as actas passassem a ser enviadas por e-mail e não por papel. Nós enviávamos a acta, faziam as sugestões, fazíamos a correcção e depois ficávamos aqui sem a necessidade de juntamente com os documentos e de mais um papel, porque no fundo acho que devemos ter preocupações ecológicas. Claro que para os membros da assembleia que não têm e-mail enviaremos sempre em papel. -----

Mais intervenções sobre as actas?” -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu início á votação: -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Acta nº5 de 2009, com 27 votos a favor, 16 do grupo do PS, 5 do grupo do PSD, 3 do grupo da CDU, 2 do grupo do BE e com 2 abstenções, 1 do grupo do PS e 1 do grupo do PSD** -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Acta nº6 de 2009, com 27 votos a favor, 17 do grupo do PS, 6 do grupo do PSD, 3 do grupo da CDU, 2 do grupo do BE e com 1 abstenção do 1 do grupo do PSD.** -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Comunico que entraram na Mesa 4 moções do BE, foram numeradas A, B, C e D, e uma proposta do grupo do PSD.” -----

**Proposta do Grupo do PSD de atribuição do nome de uma rua ou praceta na cidade do Cartaxo ao Sr. José Joaquim Painho e ao Dr. Walter Marques (Anexo 1):** -----



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**O Membro da Assembleia Dr. <sup>a</sup> Hélia Maria Baptista - PSD** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Entende o grupo parlamentar PSD que deveria ser criado o nome de uma rua ou praça na cidade do Cartaxo, quando o executivo achar oportuno, sendo assim uma homenagem póstuma e também o reconhecimento aos nossos conterrâneos (um é conterrâneo, outro acabou por ser), Dr. Valter Marques e ao Sr. José Joaquim Painho, amigo desta terra. Sabemos que a CM já os distinguiu em vida com a atribuição dos diplomas de mérito municipal, de qualquer modo achamos que para as personalidades em causa não será demais perpetuar o seu nome. Muito rapidamente vamos lembrar quem foram estas individualidades que nos enchem de orgulho. José Joaquim Painho de Almeida e Silva nasceu em Elvas. Estudou em Portalegre onde exerceu as funções de funcionário judicial, vindo mais tarde a ser promovido a inspector do concílio de oficiais de justiça. Teve a seu cargo a supervisão da comarca modelo do Cartaxo, e o encargo de nas comarcas inspeccionar as alterações implementadas naquela comarca do Cartaxo. -----

Fez parte do grupo fundador do teatro, vindo depois a abandonar esse grupo em 1966. Em virtude da sua profunda ligação à igreja católica, fundou o movimento comunitário de que resultou a criação do jardim de infância do Cartaxo, que iniciou o seu funcionamento no dia 11 Novembro 1968. Foi com esta obra notável á qual ele se dedicou de alma e coração que ele brindou a cidade do Cartaxo e pôs à prova as suas excepcionais qualidades humanas e profissionais. José Joaquim da Silva era um amigo do seu amigo e foi um amigo do Cartaxo. -----

Passo agora a lembrar rapidamente quem foi o do Dr. Walter Marques. Nasceu em 24 Maio 1926 no Cartaxo. Licenciou-se em economia no actual ISEC, mostrando já nessa altura a sua inteligência e a brilhante capacidade intelectual. Fez uma pós-graduação na SOPOR. Das inúmeras actividades profissionais, académicas e não académicas que exerceu destacam-se: membro da administração do banco de Portugal, secretário de estado do comércio no 7<sup>a</sup> governo, no 8<sup>o</sup> governo foi vice-governador do Banco de Portugal, secretário de estado do tesouro, e professor da política monetária e da moeda na universidade católica portuguesa. O prof Walter Marques era uma pessoa extrovertida, optimista e persuasiva. Valter Marques tinha força e autoridade. Foi um líder eficaz e uma pessoa bem-sucedida com uma forte orientação para a obtenção de resultados. Por isto entendemos que não era demais propor o nome para uma rua ou praça, conforme entenderem.” -

**A Sr. <sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Intervenções sobre esta proposta do grupo do PSD?” -----

**Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Em relação á proposta que nos foi aqui apresentada e fruto também de já ter sido discutida em sede de Câmara, estou em condições para dizer que há um total acordo com essa merecida homenagem. E que após estar em funcionamento com mais celeridade a comissão de toponímia do nosso concelho, certamente serão dois nomes que serão colocados à consideração daquela comissão e o processo seguirá de acordo com trâmites normais e todos os procedimentos



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

necessários para que se verifique essa realidade. Só para sublinhar que é de todo entendido e é uma homenagem justa e que em tempo oportuno deverá ser tida em consideração. “ -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Podemos portanto considerar que a assembleia vota esta proposta por unanimidade?” -----

**O Membro da Assembleia Eng. Pedro Barata – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu gostaria de falar sobre o estado da ponte Rainha D. Amélia. um assunto que já foi abordado pelo vereador Pedro Reis em sede de reunião de Câmara, mas que julgo que foi dada uma explicação por parte da vereadora que em reunião de Câmara afirmou que a ponte não representaria perigo iminente. Eu convido a Sra. vereadora a ir até á ponte Rainha D. Amélia e ver com mais atenção se realmente a ponte, onde passam veículos e também tem passagem para peões, representa ou não perigo iminente. e eu a ultima vez que lá passei, foi há bem pouco tempo, reparei que em uma das vias dos peões o piso estava levantado, portanto julgo que isso representa algum perigo iminente principalmente para os peões que possam passar lá á noite ou mesmo durante o dia, e que distraídos, porque não tem qualquer sinalização. Acho que isso deveria ser visto. A CM efectuou alguns estudos e enviou para o LNEC. O estudo foi em 2005 e ainda não obteve qualquer resposta, o que eu acho preocupante. -----

A pergunta que eu faço é se a CM está á espera que aconteça alguma desgraça, que obviamente não é desejável por ninguém, mas estou à espera se CM ,de uma vez por todas, vai pressionar ou interpelar o LNEC no sentido de perceber em que estado real técnico se encontra a ponte. Eu gostaria também que me clarificassem em relação em quem é que tem a responsabilidade da manutenção da ponte? Fala-se na CMC, fala-se na CM Salvaterra e na Estradas de Portugal. Gostaria de perceber afinal quem é que tem a responsabilidade da manutenção da ponte, e em caso de vir a acontecer alguma coisa menos desejável, quem é que irá assumir responsabilidades?” -----

**O Membro da Assembleia Prof. Maria Emília Soares – CDU**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Em relação a esta matéria, que é muito desejável para todos nós a recuperação da ponte Rainha D. Amélia, nós a nível de PCP na Assembleia da República foi entregue uma proposta de várias obras mais importantes para o Cartaxo para incluir no PIDDAC de 2009.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Antes de continuarmos com este assunto, houve uma coisa que falhou, não votámos a proposta da Dra. Hélia. Eu considerei que ela estava aprovada por unanimidade, mas de qualquer maneira vou por à votação.” -----

Votação da Proposta do PSD: -----

**A Assembleia Municipal deliberou, unanimidade, aprovar a Proposta do Grupo do PSD de atribuição do nome de uma rua ou praceta na cidade do Cartaxo ao Sr. José Joaquim Painho**



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e ao Dr. Walter Marques. -----

**O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Fabiano – PS**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Acerca da ponte, aquilo que foi dito até agora pelas pessoas, é uma situação que nos preocupa a todos nós como é evidente, quer nos queiramos quer não, é a única travessia e que liga o concelho do Cartaxo á parte sul, neste caso ao concelho de Salvaterra, e é uma infra-estrutura importantíssima para o desenvolvimento do Cartaxo e do concelho de Salvaterra. O que eu sei acerca da ponte é o seguinte, a ponte é repartida a responsabilidade no que diz respeito á sua manutenção, ou seja, eu sei que a CMC tem como responsabilidade as fundações e o equipamento que está mergulhado no rio, e parte superior, ou seja, o tabuleiro e toda a estrutura metálica, será da responsabilidade da CM Salvaterra. É evidente que esta situação o que era importante é que na realidade a ponte estivesse em condições, mas neste momento, como foi dito pelo deputado do PSD, encontra-se com um problema à entrada da parte de Salvaterra, que é falta-lhe lá uma série de sítios por onde as pessoas passam na passadeira de peões. O que acontece na realidade na ponte é que precisamente o seguinte: aquela ponte quando foi recuperada foi no sentido da passarem ali veículos até “x” toneladas e essencialmente para veículos ligeiros. o que acontece é que passam lá naquela ponte veículos de todo o tipo. Passa veículos pesados, passam semi-reboques, passam tractores de tomate, passam Grade de Discos. É impossível que aquela ponte se consiga manter nas condições que deveria estar quando foi inaugurada. Porque as condições que ela apresenta hoje não acontecem por acaso, acontecem porque passam lá equipamentos e transportes que na realidade não deveriam lá passar. Eu acho que tem de haver por parte das autoridades que supervisionam este tipo de situações, de estarem mais alertas, de estarem mais em cima. Pelo aquilo que me dá a perceber até hoje nunca ninguém reclamou o que está ali em cima daquela ponte. O que é um facto é que já ficaram lá vários camiões entalados. Eu pergunto sinceramente se não será altura de começar a apanhar as pessoas que provocam estes danos e obrigá-los a pagar na íntegra.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Sr. José Francisco – PS**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu gostava de dizer, porque eu estive na inauguração daquela ponte, da qual não havia cidadão nenhum do concelho que não soubesse que o trabalho estava bem feito. Agora uma coisa é certa, nós não podemos esconder isto, o vandalismo é muito grande, e o que trabalho está lá feito é um trabalho de vandalismo. Porque eu passo lá várias vezes, não estou em defesa do Sr. Presidente da Junta, não estou em defesa da Sra. Vereadora, estou em defesa de um bem que faz falta a toda a gente, tanto faz falta à parte sul do Tejo como à parte norte. Agora uma coisa é certa, o Sr. PJ disse e disse muito bem, eu gostava de conhecer a 1ª pessoa que fosse multada por actos de vandalismo lá. Sabe-se que só se pode passar a ponte com determinado transporte e que se passa



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com outro, sabemos que estamos em transgressão, e como tal estamos sujeitos a multa e os débitos dos danos que se pratica. Agora eu pergunto, alguém pode dizer que a ponte hoje está bem e amanhã ser desmentida que está mal. Em todo o lado o vandalismo é tremendo. O que se está a passar com a ponte Rainha D. Amélia é mesmo puro vandalismo. As autoridades deveriam estar mais atentas ao que lá se passa, e não olhar para baixo, olhar por cima para se punir as pessoas". -

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Bernardo Pereira - PS** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. José Francisco, as autoridades do nosso concelho estão bem atentas, porque eu no ano passado vinha para uma reunião às dez horas na Câmara, estacionei o carro, eram praticamente dez horas, 2 minutos 3, dei passo de corrida para chegar às dez horas, detesto chegar as reuniões atrasado a menos que o justifique, e às dez horas, está escrito, às dez horas, eu tinha uma multa, portanto aqui foi rápida e eficaz a actuação. " -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Mais alguém deseja intervir sobre este assunto?" -----

**O Membro da Assembleia Municipal Eng. Pedro Barata – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Em relação a este tema que já fiz várias intervenções sobre ele, e voltamos a ele e bem aqui a discuti-lo, porque aquilo que estivemos a falar foi constatar factos, mas o que interessa neste momento é para além de constatarmos esses mesmos factos, é resolvermos a situação. Todos nós sabemos que a ponte tem as protecções, muitas delas amolgadas ou mesmo retiradas, tem piso para peões levantado, mas continuam outros problemas que surgiram desde a sua inauguração - a iluminação. Onde é que está resolvido o problema da iluminação? Os acessos? De um lado temos melhores acesso, do outro temos pior acesso, e o piso em péssimo estado. Onde é que está resolvida essa situação? Qual é a situação neste momento, continua neste momento a não ser feita uma fiscalização correcta e adequada ao estado dos pilares da ponte Rainha D. Amélia. A questão dos veículos, a vandalização que se falou aqui, eu não tenho conhecimento, a não ser que seja a passagem de veículos mais largos que aquilo que é permitido e possivelmente mais pesados que aquilo que é permitido. Isso pertence á fiscalização, se houver fiscalização, esses veículos deixam de passar. Alguns provavelmente não se lembram ou talvez nem saibam, existiam inicialmente, na altura da inauguração, umas estruturas metálicas para impedir que determinados veículos mais altos e mais largos circulassem. Essas estruturas foram arrancadas. Alguma autarquia ou alguma entidade desenvolveu esforços para recolocar essas mesmas estruturas? Quais foram os procedimentos em relação à questão da fiscalização? É preciso agora ultrapassar e avançar com a resolução." -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Este problema remonta ao tempo em que o Dr. Conde Rodrigues foi Presidente da Câmara



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também se recorda, numa altura em que a Junta Autónoma de Estradas ainda existia enquanto instituição, e onde existia dentro da JAE um departamento que tomava conta das pontes. Com a cisão da JAE num primeiro passo em 3 institutos e depois a evolução até ao ponto que ela se encontra hoje nas Estradas de Portugal, este departamento praticamente deixou de exercer funções neste tipo de fiscalização e de avaliação das obras de arte. Aquilo que sucede do meu ponto de vista, é que nós nesta questão da ponte estamos perante dois problemas que são muito diferentes, mas que implicam responsabilidades que são comuns. Em primeiro lugar, e foi aqui falado e estou totalmente de acordo, aquilo que diz respeito à segurança da ponte, a forma como se atravessa a ponte e o facto de haver veículos que não tendo a tonelagem nem os limites para passar ali fazem-no constantemente. Mas esse é um problema que deixa marcas na ponte. Tanto quanto sei o que ficou na altura estabelecido no protocolo, havia uma responsabilidade por parte dos municípios do Cartaxo e Salvaterra naquilo que tinha a ver com a manutenção da ponte. Creio que aqui é uma responsabilidade que é das duas Câmaras, porque assumiram essa responsabilidade num protocolo. Quanto aquilo que é mais complicado do meu ponto de vista e estamos falar de uma circunstância em que este Inverno é, por exemplo, muito chuvoso, em que há historicamente um dos pilares daquela ponte tem apresentado sempre problemas, eu acho que é aqui que está fundamentalmente a solução que tem de ser encontrada, isto é, aquela ponte tem de ser fiscalizada periodicamente, as Câmaras Municipais quer de Salvaterra quer do Cartaxo não têm meios para o fazer, e tem de ser um Instituto, como é por exemplo o Laboratório Nacional de Engenharia Civil a fazer a inspeção daquele equipamento. Eu não sei qual foi a última inspeção que foi feita aquele equipamento. Isto para mim é essencial. O problema resume-se a duas circunstâncias fundamentais, a primeira aquilo que é responsabilidade das autarquias da manutenção da ponte e daquilo que diz respeito ao atravessamento da ponte. Agora uma outra é aquilo que tem a ver com as fundações da ponte, na qual as duas Câmaras têm de se empenhar e encontrar uma forma de através de inspeções periódicas, através de uma garantia de uma instituição como por exemplo o LNEC, que se possa garantir que aquele pilar que tem historicamente problemas, não apresente problemas para tempos mais próximos. Ficava aqui o meu alerta para esta questão, aquela ponte tem problemas que nós reconhecemos, que estão á frente dos nossos olhos, e tem os problemas nas suas fundações que nós não vemos e que era bom saber o que se lá passa.” -----

**A Sr. <sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Mais alguém deseja intervir sobre este assunto?” -----

**O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Fabiano – PS**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

Já agora que se falou aqui nas fundações da ponte é importante também ter em atenção isto que eu vou dizer, não pelo facto de eu dizer, mas porque é importante. Neste momento estão a ser tirados inertes no rio Tejo a uma proximidade muito curta a estes mesmos pilares. Eu estou a



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lembrar-me daquilo que aconteceu Entre-Rios, e há que estar atento, há que pressionar o Ministério do Ambiente, e não autorizar que sejam retirados inertes tão próximo como estão a ser tirados neste momento dos pilares da ponte Rainha D. Amélia.” -----

**Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“O executivo partilha completamente destas preocupações que são válidas e muitas delas credíveis, quer ao nível da necessidade de planos de inspeção ensaios que sejam divulgados atempadamente e para que todos estejamos cientes das condições que esta obra de arte realmente reúne e que problemas é que apresenta. O último relatório que temos não apresenta este tipo de preocupações como sendo prementes, como sendo dados certos e de que constituam elementos de risco, nem ao nível da infra-estrutura, nem ao nível da super-estrutura, quer ela seja apoios intermédios e o tabuleiro. Naturalmente que a fiscalização a nível do tipo de veículos que lá passam também é de extrema importância, partilhamos isso. Aliás na última reunião de Câmara este assunto foi também debatido. Ficou o compromisso do executivo divulgar o último dos relatórios, e haver um contacto com a CM Salvaterra, que tendo ela assumindo a responsabilidade pela manutenção da super-estrutura, em percebemos em que ponto estão as reparações dos elementos de risco. O perigo de colapso não existe, de qualquer forma as condições de serviço poderão ser melhoradas, e naturalmente teremos de desenvolver esforços com as diversas entidades responsáveis para que essas condições sejam reunidas. Há também as autoridades fiscalizadoras a GNR, que naquela área será uma das responsáveis para que se confirmem as condições de circulação dos veículos que passam naquela obra de arte. É também uma preocupação do executivo não só zelar por esta obra de arte, mas mais à frente é uma ambição que nós consigamos, começemos desde já a preparar oportunamente a planear de forma consolidada e com visão de futuro uma nova travessia sobre o Tejo. Essa sim é uma grande preocupação deste executivo, e que fruto das alterações e variáveis que se aproximam terão que ser tidas em conta. Estamos a trabalhar neste assunto.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Eng. Pedro Barata – PSD** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Era só para perguntar ao executivo qual é a data desse último relatório? Quem foi a entidade que o elaborou? E se nos podia facultar uma cópia desse mesmo relatório?” -----

**O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“As informações que tenho remontam à data de 2007/2008. Não tenho indicação da entidade. Confesso que esse relatório ainda não o vi. Mas há um compromisso do executivo de o divulgar o mais rapidamente possível, inclusivamente assumimos esse compromisso também para esta assembleia.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Não havendo mais intervenções, passo a ler a moção entregue na mesa pelo Bloco de Esquerda. -

**Moção (A) do BE face aos pontos de 2 a 9 da Ordem de Trabalhos que considera ferida de**



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### legalidade (Anexo 2) -----

Cabe-me enquanto Presidente da Mesa e Presidente desta Assembleia, e tendo sido eu que assinei a ordem de trabalhos, esclarecer que me baseei no parecer que solicitei ao jurista da Câmara, porque a minha leitura também era que a Assembleia tinha que autorizar e não ratificar. E então eu passo a ler o parecer, que fica apenso a esta acta. Portanto foi baseado neste parecer que eu mantive a ratificação dos protocolos na ordem de trabalhos.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. <sup>a</sup> Odete Cosme – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu queria só salientar o seguinte. Penso que todos os presentes na sala sabem que qualquer parecer de gabinete jurídico não é vinculativo. O que é vinculativo são os procedimentos legais. Depois não há urgência na assinatura dos protocolos, só se for este ano, porque todos os anos eles são assinados em Abril/Maio, nunca em Fevereiro. E isto não é de carácter de urgência. Carácter de urgência é quando está em risco a saúde pública. Portanto não há urgência nesta aprovação, nesta ratificação. Depois foram alertados todos os membros desta Câmara, por comunicado que o BE fez, que este acto já estava ilegal ainda antes da última Junta de Freguesia o ter assinado. No entanto prosseguiram com o processo e fizeram-no assinar. Não justifica em nada o parecer do Sr. Advogado Luís Benavente, porque continuo a manter que o que está a vincular é a lei, não é um parecer jurídico. O parecer jurídico em nada justifica, mantenho que apenas a lei é vinculativa “. -----

**O Membro da Assembleia Municipal Sr. Carlos Mota – CDU**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Um pouco na linha daquilo que a colega Odete disse, é óbvio que um parecer jurídico é um parecer jurídico, não é mais do que isso. A meu ver o parecer jurídico, que até foi apresentado, só vem confirmar as preocupações que foram manifestadas pelo BE na sua moção. Não vi nada que não confirmasse essas preocupações. É muito má prática, mesmo que tivesse cabimento, e acho que não tem, é má prática do executivo, e eu lembro que o executivo é o executivo mas que o órgão deliberativo por excelência é a Assembleia. Portanto não é o executivo que pode decidir passar por cima das competências da Assembleia. As razões porque decidi não são suficientemente válidas, portanto o Executivo decidiu mal, decidiu ultrapassar o órgão decisivo que é a AM, decidi minimizar as competências desse órgão deliberativo, e como tal, podia perfeitamente ter assinado os protocolos após esta assembleia. Tanto quanto sei só há um ou dois dias foi aprovado o factoring que vai permitir a transferência de verbas para as freguesias, portanto as freguesias podiam muito bem esperar até depois da amanhã, para amanhã serem assinadas e depois ser feita a transferência. Portanto isso não é razão válida para que o Executivo sem poderes para tal ultrapasse e minimize a competência do órgão deliberativo que é AM. Posso já adiantar que tendo em conta tudo isto, a CDU nos pontos 2 a 9 não vai participar nem na discussão nem na votação. Pura e simplesmente não vai votar a favor, nem contra nem abster-se. Pura e simplesmente a CDU não vai participar na votação dos pontos 2 a 9, porque considera que esta



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia não está aqui para ratificar um acto abusivo do Executivo, e portanto estamos aqui para dar autorização ao Executivo para esses actos, e como não é isso que se está a verificar a CDU não vai participar nos pontos 2 a 9.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu gostaria de também dar a palavra ao Executivo. Eu li a moção e li o fundamento para a Assembleia ratificar os protocolos, e penso que também deverei dar a palavra ao Executivo, uma vez que foi o Executivo que me propôs que fossem incluídos na agenda estes pontos. Talvez possam esclarecer também mais as perguntas que depois vão ser feitas. Neste momento vou pedir ao executivo para esclarecer melhor o assunto.” -----

**O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Em relação a este assunto em concreto e às questões técnicas a ele referidas, é postura do Executivo que através do parecer jurídico se tentou dar corpo a uma justificação e a uma ultrapassagem do problema levantado pelo BE. Não é de todo uma prática comum e corrente, não foi intenção deste Executivo ultrapassar toda a carga que comporta esta Assembleia. Permitam-me que os exorte que não haja uma interpretação nesse sentido, de forma humilde, e apresento-me como representante deste Executivo. Em tempo algum houve a tentativa ou a postura da nossa parte de ultrapassar as responsabilidades desta nossa Assembleia. Há espaço para melhorar, é o que será feito. No entanto e ainda que não tenham sido aceites as explicações associadas aos caracteres de urgência que aqui foram apontados como eventualmente só sendo justificáveis através de uma existência de riscos de saúde pública ou quaisquer outros, foi do entendimento do Executivo, e em ligação íntima com todos os presidentes de junta, que havia essa urgência. No terreno há essa urgência, há essa necessidade. E certamente não haverá nenhum presidente da junta que corrobore esta nossa convicção, então levantada como sendo a causa para aquela acção. Por outro lado, os factorings já estavam aprovados, não foram aprovados só há dois dias. Isto é um processo que é mais ou menos longo e que culminou acerca de dois dias, porque realmente o Executivo tomou esta decisão. Por outro lado esta incompetência referenciada no respectivo parecer jurídico é sanada com a ratificação por parte da Assembleia, tal como foi explicado. Outras quaisquer explicações de índole mais técnico, eu solicitaria ao Dr. Luís Benavente que aqui nos esclarecesse caso entenda que seja pertinente. Foi decisão do Executivo e apelo que continuem como pontos da nossa ordem de trabalhos para hoje.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Eng. Luísa Pato – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“É só um esclarecimento. A Assembleia deveria aprovar esses protocolos antes das juntas assinarem o protocolo? É este o problema que temos aqui?” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Não.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Eng. Luísa Pato – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção: -----

“Então é o nome que vem na convocatória porque de facto a deliberação que veio para mesa diz "para ser autorizado pela AM". Portanto acho que estamos com um problema de nome na convocatória, não no acto. A não ser que as juntas não possam assinar o protocolo antes de ele ser autorizado na AM, se for uma questão de timings destes, sim, mas ainda não ouvi essa questão ser levantada, só uma questão de nomes.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Sr. Carlos Mota – CDU**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Relativamente à intervenção do Sr. Vice-Presidente, e depois vou responder também à intervenção da colega Luísa Pato. -----

Eu não ponho em dúvida a boa fé do Executivo, não é isso que está em causa. Mas não há dúvida que também ninguém duvide que houve de facto uma ultrapassagem e um abuso de autoridade. Os protocolos não podiam ser assinados, e tinham de esperar pela autorização da AM para serem assinados, e foram assinados antes dessa autorização, portanto a AM foi desautorizada. Não estão em causa todos os trâmites que foram necessários para chegar ai, discussão entre Executivo e juntas de freguesia, não está em causa nada disso. O que pomos em causa é o facto de terem sido assinados, e não podiam ter sido assinados. O Executivo Municipal não estava autorizado a assiná-los, mesmo que os presidentes de junta tivessem autorização das suas assembleias de freguesia, o Executivo Municipal não estava autorizado a fazê-lo. Portanto ultrapassou as suas competências, minimizou as competências da AM. A questão que se coloca é, fê-lo de boa fé, pronto não contesto. O que é facto é que foi feito, não podemos abrir um precedente que conduza a outras ultrapassagens. Nós nem sequer propomos de estes pontos serem retirados da ordem de trabalhos, a posição da CDU mantém-se, nós não participamos nessa discussão. Para a CDU esses pontos não existem, independentemente de irem ser discutidos e a votos.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª Odete Cosme – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Sobre a urgência Sr. Vice-presidente, existem as assembleias extraordinárias que podem ser convocadas. Quando se sabe que é urgente, convoca-se uma assembleia extraordinária. -----

Sra. Presidente Assembleia, a Sra. Presidente permitiu que esta assembleia fosse menorizada. A Sra. Presidente ao assinar esta convocatória mais não fez do que: - concordo e autorizo. E portanto eleger membros para Assembleia Municipal tanto dá como não dá. Nós fomos eleitos Sra. Presidente, para cumprir o nosso trabalho. E o nosso trabalho também passa por pugnar pela legalidade. Porque as leis quando são feitas por alguma razão são. E esta lei neste assunto, estes protocolos deveriam ter sido autorizados pelas assembleias de freguesia, e pelo menos num caso não foi, pela AM não foi. Já estão assinados. -----

O BE alertou na comunicação social, nós temos vindo a alertar que os protocolos da forma como estão a ser conduzidos são ilegais. Acordamos hoje todos para este assunto, esta é que a



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

realidade. Faz-me muita confusão vir-se falar na urgência, de nós termos de sanar uma ilegalidade que já estava feita porque teve mesmo de ser. Não, não teve mesmo de ser. Quando a comunicação social começou a falar neste assunto havia protocolos que não estavam assinados. Podia-se ter evitado esta ilegalidade, e não havia necessidade de sanar e darmos a concordância a essa ilegalidade. O BE também não votará pontos ilegais como é óbvio, também não participa nessa votação. São tiques que vêm do passado, do quero, posso e mando, não passar cartão. E se pela parte do PS a isso já nos habituou, da parte da Sra. Presidente fiquei muito triste de ter participado nesse branqueamento.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Desculpe, eu tenho que responder que quando um jurista me diz ou me escreve que nos termos conjugados do artigo 3º e do artigo 4º do número 3 e do número 4 do artigo 137 do Código de Procedimento Administrativo, em caso de acto incompetente da Câmara, o poder de ratificar esse acto cabe ao órgão competente, à Assembleia, sendo que os seus efeitos retroagem à data dos actos a que respeitam, não podia recusar a inclusão do ponto em causa na Ordem de Trabalhos. Conforme o parecer referido, o Código do Procedimento Administrativo diz que se pode sanar esta incompetência da Câmara e que a Assembleia tem esse poder. Com certeza que quem fez este parecer se baseou na lei.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Bernardo Pereira – PS**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“A Sra. Presidente agiu e bem. Agiu bem e agiu da forma correcta. E agiu da forma correcta porque acautelou-se de perceber primeiro o que estava a fazer para depois agir em conformidade. Esclarecendo, estamos aqui Sra. Presidente para fazer o quê? Estamos aqui nos termos da lei para ratificar um acto. A ratificação existe enquanto figura por uma razão simples, porque ela se aplica a um acto que já foi praticado. Ao contrário da autorização, que se aplica a um acto que há-de vir a ser praticado. -----

Os pareceres jurídicos só são bons quando me convêm. Se não me convierem, eles não são bons, já sabemos que é assim. Mas quando nos interessa, os pareceres jurídicos valem e temos aí um parecer jurídico, neste caso técnico, que iremos ver quem é que emitiu esse parecer. Depois vamos perguntarmo-nos se esse técnico ou entidade, se esse parecer que lá está escrito é válido ou não, a eventual queda da ponte. Mas é um parecer técnico de um técnico jurista que teve o cuidado de tirar os dados das bíblias que em direito administrativo é assim. -----

Mas dado que o acto já foi praticado, a questão é esta: mas nós estamos contra os protocolos das juntas de freguesia ou não? Se estamos contra então estamos contra. Se não estamos contra então é uma questão processual. E porque é processual já foi, isto é, a Câmara deveria ter pedido à Assembleia que autorizasse os pareceres dos protocolos. -----

Porém há aqui outra questão que é a seguinte. O que é que a Assembleia iria autorizar? Estávamos a dar autorização para fazer o que já está feito. Não tinham nada para fazer. Agora por acaso já



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

temos. Agora temos protocolos, mas nessa altura se eles não existissem autorizava-se a que se fizesse. E foi o que fizeram e agora estávamos aqui para autorizar nada, para tomar conhecimento. Ora é exactamente para este efeito que existe essa figura no Código Procedimento Administrativo, não só para este caso como para todos os actos praticados e não em tempo devido autorizados. E essa figura existe lá por alguma razão. E a figura da ratificação existe exactamente para isso mesmo. É para actos que foram praticados, e que umas vezes podiam e deviam e outras vezes não deviam ter sido praticados. A figura é para legalizar um acto. -----

Há assembleias extraordinárias que são para chegarmos aqui e dizer que afinal não autorizamos os protocolos, estão todos prontos mas ainda falta a assinatura. E tínhamos gasto 8 ou 10 mil euros para vir aqui dizer que autorizamos. -----

O grupo parlamentar do PS concorda com o parecer jurídico, concorda com a Sra. Presidente. E estamos aqui para provar à sociedade que trata-se de uma acto praticado que deveria ter sido precedido por autorização da Assembleia, e se tivesse sido não estávamos aqui com esta discussão. Só estamos aqui a discutir isto exactamente porque assim não foi. E só estamos aqui para ratificar precisamente porque o acto já foi praticado. Ou ratificamos ou não ratificamos, isso é a vontade de cada um. Mas a única figura que temos agora é esta ratificação.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu tenho a dizer que já ultrapassámos em 5 minutos o período de antes da ordem do dia e não deu entrada nenhum requerimento a pedir para prolongar por mais 30 minutos. Portanto eu vou ouvir as pessoas que estão inscritas, e a seguir passo para a votação.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª Odete Cosme – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu só queria aqui dizer em resposta ao Sr. Bernardo Pereira, que o homem já morreu sim senhora, mas a lei é para ser cumprida. Outra coisa que eu queria dizer é que o Sr. Vice-Presidente disse que não estavam criados precedentes. Estão sim, porque os factorings foram já contratualizados, estes factorings são a 8 anos. Diz a lei das Finanças Locais que são empréstimos de médio e longo prazo, e como tal deveriam ter vindo também aqui à Assembleia para serem autorizados.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Sr. Carlos Mota – CDU**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“O colega deputado municipal Bernardo Pereira reconhece nele as preocupações pedagógicas e uma grande capacidade de retórica. Mas nem por isso terá mais razão, aliás eu diria do que disse não acrescentou nada aquilo que já havia sido dito. Portanto foi de facto uma bonita retórica, mas pouco produtiva. A questão que se coloca aqui é que nem sequer era necessário a convocar uma reunião extraordinária com os tais 10000€ de custos, porque bastava que o Executivo tivesse esperado, se há dois dias garantiu o financiamento, se hoje é a Assembleia, bastava que fossem assinados amanhã e de amanhã já as juntas de freguesia tinham as transferências. Não tem nada a ver, aliás isso foi na sequência da alusão a uma assembleia extraordinária que o colega deputado



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pedro Mendonça fez, que para mim não era necessária. Uma assembleia ordinária como esta pode perfeitamente. Agora tinha é que ser autorização e nunca ratificação. Portanto o deputado Bernardo Pereira não acrescentou nem retirou nada aquilo que já estava dito.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eng.º Pedro Barata, agradeço que seja breve porque já ultrapassamos em quase 20 minutos os 60 minutos do período antes da ordem do dia.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Eng. Pedro Barata – PSD** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Já agora gostava de colocar uma questão prévia à Sra. Presidente. Sente que o Executivo e o Presidente de Câmara faltaram à consideração à Sra. enquanto Presidente dessa Assembleia?” ----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Não.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Eng. Pedro Barata – PSD** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu vou facilitar-lhe e vou continuar a minha intervenção para poder pensar um bocadinho a resposta. Aquilo que acontece na nossa opinião, é claramente uma falta de consideração. Mais uma que o Executivo da CMC tem para com a AM do Cartaxo. O Município sabe que existem regulamentos e regras, e sabem que essas regras são completamente objectivas, e que podemos é andar aqui a remendar e a corrigir erros. E aquilo que está aqui a ser sugerido é que façamos a correcção de um erro, um erro da CMC e do seu Executivo ao ter objectivamente assinado antes de ter autorização. Porque aquilo que diz inclusivamente a lei e o regimento, como já outros elementos se pronunciaram, é autorizar. Aquilo que aconteceu é que antes da autorização houve a assinatura do documento. E portanto há aqui uma falta de respeito e consideração por esta casa, por esta sala, por esta Assembleia. É mais uma. Em último caso é uma falta de respeito perante a líder desta Assembleia que é a Sra. Aquilo que acontece é tentar sanar com o documento que leu aí, que, como foi referido, dá jeito apresentar porque é positivo para argumentação. É sanar um erro. Isto é sem dúvida nenhuma a correcção como esta aí no documento que apresentou. Mas aquilo que sugiro é que a Sra. Presidente que elabora as ordens de trabalho, que esteja mais atenta ao exercício das competências dessa mesma AM. Aquilo que aconteceu foi ultrapassar essa mesma competência. E portanto aquilo que nós queremos dizer é que nós, atendendo aos superiores interesses dos munícipes deste município, vamos votar essa proposta, mas, no entanto aquilo que recomendamos é uma maior atenção á competência de cada um dos órgãos, o maior respeito, uma maior consideração a esse órgão que é AM. E dizer-vos, esse é mesmo um aviso. Vamos estar alertas e não toleramos mais nenhuma situação.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“E não havendo mais intervenções, passo á votação, uma vez que já está ultrapassado o tempo do período antes da ordem do dia.” -----



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a Moção do BE face aos pontos de 2 a 9 da Ordem de Trabalhos que considera ferida de legalidade com 5 votos a favor, 2 do grupo do BE, 3 do grupo da CDU, 17 votos contra do grupo do PS e 7 abstenções do grupo do PSD.** .....

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: .....

“No período Antes da Ordem do Dia, o BE e o PSD entregaram à Mesa 3 moções que não foram lidas nem votadas. Eu vou lê-las agora antes do período de intervenção do público.” .....

**Leitura da Moção B, designada por “Moção de Solidariedade” (Anexo 3)** .....

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: .....

Eu agradecia que se quiserem intervir o façam muito rapidamente porque estamos a abrir uma excepção, que é prolongar o período antes da ordem do dia sem ter entrado na mesa um requerimento no devido tempo para esse efeito. Mas não queria deixar de ler as moções. Em situações futuras definiremos o tempo da discussão das moções entradas no período Antes da Ordem do Dia de outra maneira. ....

**O Membro da Assembleia Dr. Pedro Mendonça – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: .....

“Sra. Presidente, só telegraficamente, apesar de como já conversámos achar que também a gestão do tempo não é só das bancadas também deve ser sua, e temos de gerir isto de forma melhor. Em relação à moção de Solidariedade, não acredito que algum membro desta assembleia não vote a solidariedade para com as pessoas que foram vítimas deste erro. Mas essencialmente era saber se a Câmara já tomou alguma atitude perante o erro dos serviços ou se apenas e só continua a fazer política com este assunto e não tratar do assunto como deveria tratar?” .....

**O Membro da Assembleia Prof. Maria Emília Soares – CDU**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: .....

“Era só para dizer o seguinte, em relação a esta matéria tal como no dia 30 Novembro alertámos sobre este tema da derrama, nós alertámos que estava muito em cima da hora e do tempo para decidir as coisas, não havia tempo suficiente para se aperceber como é que os timings são feitos e o preenchimento, portanto nós queríamos dizer realmente que da parte do executivo deve haver mais respeito, mais responsabilidade quando tem coisas para serem aprovadas na AM as fazerem atempadamente.” .....

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: .....

“Não há mais intervenções?” .....

**O Membro da Assembleia Municipal Eng. Luísa Pato – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: .....

“Mas nós estamos a discutir a moção e aprovar? É que a Sra. Presidente disse que ir ler. Eu queria falar. Esse assunto da questão da derrama e da taxa reduzida. Eu creio que toda gente aqui está ciente da taxa que aprovou no final de 2009 em Novembro, eu nem sequer estava nessa



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assembleia, foi a taxa para 2010. Que quer dizer na derrama para o exercício fiscal de 2010, que vai ser contabilizado em 2011, que é quando as empresas encerram as contas. O que consta no site das finanças hoje em dia, é o derrama para 2009 que vai ser aplicado a partir de Maio ou Abril quando as empresas fecharem as contas, e portanto ai não está taxa reduzida. Quando for publicado o de 2010 eu creio que obviamente a Câmara tem de cumprir aquilo que foi deliberado aqui na Assembleia, que é a taxa reduzida. Agora o que consta no site das finanças realmente é a taxa a aplicar no ano fiscal de 2009, que as empresas vão fechar em Abril/Maio. Creio que por esse motivo eu não vou votar essa moção.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

Não havendo mais intervenções a Sr.ª Presidente pôs à votação a Moção B do BE. -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a Moção do BE, designada “Moção de Solidariedade”, com 5 votos a favor, 2 do grupo do BE, 3 do grupo da CDU, 16 votos contra do grupo do PS e 7 abstenções, 1 do grupo do PS e 6 do grupo do PSD.** -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Dada a importância do assunto o Executivo responderá por escrito sobre esta matéria.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Eng. Pedro Barata – PSD** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“A nossa votação em abstenção baseia-se fundamentalmente a apoia-se nestas dúvidas que mantemos e que ninguém nos conseguiu esclarecer. Jamais queremos acreditar que mais uma vez os munícipes do Cartaxo irão ser prejudicados por um erro deste Executivo, não queremos sinceramente acreditar.” -----

**Moção C do BE referente à retirada imediata dos tapumes do Jardim Municipal (Anexo 4)** ----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Muito rapidamente passamos á Moção C, eu não vou ler a Moção toda, vou só referir que tem a ver com a retirada imediata dos tapumes e a restituição do jardim aos munícipes do Cartaxo. “

**O Membro da Assembleia Dr. Pedro Mendonça – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Sr.ª Presidente assim não é possível votar uma moção, peço desculpa. “ -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Estamos a abrir uma excepção a ler e a votar”. -----

**O Membro da Assembleia Dr. Pedro Mendonça – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Ou lê a Moção e a remete a votação ou não diz retirar os tapumes e restituição do jardim á população - sim ou não. Porque isso Sra. Presidente, isso não é nada, tem que se ler a moção. Uma pessoa tem que saber no que vota”. -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Passarei a ler a Moção.” Anexo 4.



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Intervenções?”-----

**O Membro da Assembleia Municipal Sr. Carlos Mota – CDU**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Relativamente a esta questão da retirada imediata eu ponho as minhas reservas. Porque atendendo á situação que está intra-tapumes, eu até não acho recomendável a retirada imediata, porque primeiro tem que se recuperar o espaço, porque assim não oferece condições de segurança. Quanto á retirada imediata eu aí ponho as minhas reservas”. -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Mais intervenções?” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu ouvi recentemente umas declarações do Sr. Presidente de Câmara dizendo que o projecto da União dos Jardins, e esta obra em particular aqui deste lado do jardim, se iniciaria durante o mês de Fevereiro. De forma que aquilo que eu proponha ao BE é que no texto da sua moção, que eventualmente em vez da palavra imediato, substituísse o imediato por qualquer coisa como que até ao fim do mês de Fevereiro se não se iniciar a obra então os tapumes sejam retirados”. -----

**O Membro da Assembleia Dr. Pedro Mendonça – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Retiramos a palavra imediata”. -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“A palavra imediata é retirada da Moção. -----

Não havendo mais intervenções a Sr.ª Presidente pôs à votação a Moção C do BE. -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a Moção do BE, designada por Moção C, referente à retirada imediata dos tapumes do Jardim Municipal, com 12 votos a favor, 2 do grupo do BE, 3 do grupo da CDU, 7 votos do grupo do PSD e 17 votos contra do grupo do PS.** -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Dada a seriedade e responsabilidade deste assunto, o Executivo vai responder por escrito a esta matéria.” -----

### **Moção D do BE referente à situação dos trabalhadores da empresa Fleximol (Anexo 5)**

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Passo de seguida á leitura de uma outra Moção, entregue pelo Bloco de Esquerda.” Anexo 5.

**O Membro da Assembleia Dr. Pedro Mendonça – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu julgo que era importante esta Assembleia dar um sinal aos trabalhadores deste município e a todas as pessoas, que nos preocupamos com eles, que estamos atentos e que mandamos



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mensagem de solidariedade para com o despedimento que atingiu apenas os representantes dos trabalhadores, mais ninguém. E gostava também que o Executivo mandasse também esse voto de solidariedade e mais, que não desse, tal como está na Moção, nem a esta nem a outra empresa qualquer apoio caso elas não se saibam comportar em democracia, eu julgo que era uma Moção que eu tinha um prazer muito grande que fosse aprovada por unanimidade, porque não é uma moção ideológica, é uma moção de solidariedade para com cidadãos nossos, que além do seu trabalho, dão tempo das suas vidas privadas para representarem os seus colegas”. -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Bernardo Pereira – PS**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“O grupo parlamentar do PS teria uma posição sobre isto em outro contexto, ou seja, no conhecimento do que é que de facto ocorre na Fleximol. Ponto dois. Também sabemos quais são os mecanismos que estão considerados na lei, e que os respectivos sindicatos dos trabalhadores já iniciaram, uma vez que a lei contempla estas situações. De qualquer modo, se os proponentes em vez de moção chamarem recomendação, não vemos inconveniente em que a moção seja votada”. -

**O Membro da Assembleia Dr. Pedro Mendonça – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Foi uma moção que o BE apresentou. Não foi absolutamente nada dito que pudesse alterar a expressão moção. Se existe algo que nos possa fazer mudar de opinião, venha de lá esse argumento, que ainda não veio”. -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu não sei se o Executivo está em condições de nos poder dar algumas informações adicionais sobre aquilo que estamos a discutir, até para formar uma opinião mais abalizada, para podermos votar esta proposta de moção”. -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Quería apenas referir o seguinte. Eu repudio em absoluto todo o tipo de moções ou acções que estreitem o tratamento dos cidadãos e aquilo que é a sua vida, sejam eles trabalhadores, sejam eles empresários ou exerçam qualquer outra função no nosso concelho. Como não só acho que os elementos que constam desta moção são muito parcos em informação acerca daquilo que tem sido uma dura tarefa por parte dos gestores e também dos trabalhadores da Fleximol na garantia dos seus postos de trabalho. Como penso que não se deve fazer um tratamento diferenciado entre trabalhadores sindicalizados ou não sindicalizados, representantes do sindicato ou não representantes do sindicato. Como aquilo que é do meu conhecimento em relação à Fleximol e a todas as outras empresas que neste momento do nosso concelho atravessam extremas dificuldades para salvaguardar os postos de trabalho. Se esta moção fosse uma moção genérica acerca das inúmeras micro e pequenas empresas que efectivamente lutam e têm dificuldades para salvaguardar os postos de trabalho, aí fazia sentido na minha opinião falar-se numa moção de



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

solidariedade. Agora da forma como esta moção está apresentada, retratando uma situação sectária, quer queiramos quer não é a realidade, e não fazendo valer justiça aquilo que tem sido o trabalho quer dos empresários quer dos próprios trabalhadores na salvaguarda dos seus postos de trabalho. Este executivo municipal está com todas as empresas do concelho, está também com os trabalhadores do concelho, agora olhando para esta moção limito-me a dizer aquilo que já referi em relação às outras que foram apresentadas antes, responderei por escrito para dar mais informações, dada a seriedade dos assuntos que subjazem à moção merece. Acho que não é assim que se devem tratar os trabalhadores, mesmo os trabalhadores representantes do sindicato. Acho que não é com moções desta natureza que ajudamos, não só a salvaguarda dos seus direitos, assim como e fundamentalmente a salvaguarda dos seus postos de trabalho. Acho que isto não os ajuda em nada, pelo contrário". -----

**O Membro da Assembleia Municipal Sr. Carlos Mota – CDU**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“De facto concordo que não se deve fazer distinção entre trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados, trabalhadores representantes ou não, mas de facto quem fez essa discriminação foi a entidade patronal. Eu sou desempregado da Fleximol e vou votar a favor da moção”.

**O Membro da Assembleia Dr. Pedro Mendonça – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Cada vez me custa mais falar em maioria socialista no Cartaxo, e nem me é mais simples dizer maioria PS, porque Sr. Presidente, socialista o Sr. não é. E só uma segundo ponto para os colegas da assembleia. Depois da assembleia quando entenderem, é que está neste momento na sala um membro do sindicato dos metalúrgicos, eles podem dar-vos explicações sobre o que se passou naquela empresa. O Sr. Presidente já reuniu com o sindicato, optou por fazer o discurso que fez”.

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Não havendo mais intervenções, passamos à votação da Moção D do BE. -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a Moção do BE, designada por Moção D, referente à situação dos trabalhadores da empresa Fleximol, com 5 votos a favor, 2 do grupo do BE, 3 do grupo da CDU, 11 votos contra do grupo do PS e 11 abstenções, 5 do grupo do PS e 7 do grupo do PSD.** -----

**Proposta do PSD designada por “Boas Práticas Ambientais”.** (Anexo 6) -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Vamos de seguida passar à leitura de uma proposta apresentada pelo grupo municipal do PSD”.

Anexo 6. -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Intervenções?”. -----

Não havendo mais intervenções a Sr.ª Presidente pôs à votação a proposta do PSD. -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do PSD designada**



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por “Boas Práticas Ambientais”, com 29 votos a favor, 17 do grupo do PS, 7 do grupo do PSD, 3 do grupo da CDU e 2 do grupo do BE. -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“O Executivo acolhe com agrado essa proposta, apenas acrescentamos um ponto, para aquelas pessoas que por esta ou aquela razão não tenham possibilidade de ter acesso ao documento em ficheiro, naturalmente que continuaremos a providenciar em papel, para que não fiquem limitados não só na sua acção cívica mas também no exercício da sua acção autárquica”. -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Uma vez que estão lidas e votadas todas as propostas que tinham entrado na mesa, passamos agora ao período de intervenção do público.” -----

**Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Em relação a esta proposta e como foi dito e aprovado, e estamos sempre de acordo a melhorias nesta área, eu dava só a nota de que este Executivo está já em início de trabalho no sistema de gestão ambiental, fruto de uma certificação ao abrigo da ISO 9014, que abrange bastantes mais medidas do que estas que são aqui apresentadas de formas pontuais” -----

### INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

“Vamos então seguir com os trabalhos. Este período agora seria destinado à intervenção do público, mas não deu entrada nenhum pedido de intervenção por parte do público, passamos de seguida ao período da Ordem do Dia”. -----

### ORDEM DO DIA: -----

#### **1. Apreciação do Relatório de Síntese da Actividade Municipal e Situação Financeira, relativo a Janeiro de 2010.**

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“O primeiro ponto da Ordem de Trabalhos tem a ver com apreciação do Relatório de Síntese da Actividade e da Situação Financeira da Câmara Municipal relativo a Janeiro de 2010, ao abrigo da alínea e) do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, com as ulteriores alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Intervenções?” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª Odete Cosme – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Neste ponto gostaria de fazer várias questões ao Executivo, e gostaria que depois respondessem e que fosse aqui em tempo útil e não por escrito. Queria colocar uma questão que vieram ter comigo sobre um subsídio de funeral para um ex-trabalhador da autarquia. A ADSE já pagou á autarquia em Junho de 2009, é uma receita consignada que só podia ser usada para a viúva, e até agora não foi efectuada. Gostaria de saber o que se passa, porque para além do dever legal está o dever moral. -----



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em seguida gostaria de saber o pagamento aos membros da mesa, que o Sr. Presidente e os meios de comunicação social, fez sair a notícia de que já estava efectuado o pagamento do 1º acto eleitoral. Pelos vistos não está, já houve notícias contraditórias, que faltam documentos. Já chegou o dinheiro à Câmara. Gostaria de saber porque não foi feito o pagamento? -----

Ainda com respeito aos protocolos das juntas de freguesia e o factoring que foi assinado, não tivemos a resposta da parte do Executivo do porquê de ele não ter vindo à Assembleia para ser aprovado uma vez, que se trata de um factoring, um empréstimo ou uma intervenção financeira a médio e longo prazo, sobre créditos não vencidos, porque os protocolos são créditos não vencidos, e a lei das finanças locais é peremptória em dizer que isso constitui uma ilegalidade. Para além de não ter vindo à Assembleia, ainda é sobre situações que não são legais. -----

Quanto às obras da Quinta de Santa Eulália, no passado dia 23 Novembro na reunião do Estatuto de Direito de Oposição, o Sr. Presidente informou que desconhecia o porquê de não estar ainda implantado o estaleiro da empresa VisaBeira que tinha sido a empresa ganhadora da obra. Gostaria de saber o que já apurou, uma vez que eu passei lá este fim-de-semana e o estaleiro continua sem estar montado. -----

Quanto ao cartão sénior que também foi falado nessa reunião do Estatuto de Direito de Oposição de 23 Novembro. O Sr. Vice-Presidente informou-nos que tinha dado ordem para o pagamento das despesas dos idosos com o cartão sénior que a autarquia tanta publicidade fez. Tinha dado ordem para ser pago até Setembro. Continuam sem ser recebidas essas verbas desde Março de 2009. Se calhar se poupassem um bocadinho na publicidade já daria para pagar aos idosos.” -----

**O Membro da Assembleia Dr. Pedro Mendonça – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Dei entrada de um pedido de esclarecimento na mesa, que se me permitir eu passava a ler muito rapidamente.” (Anexo 7) -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Apenas com muita brevidade só uma questão. Não vou referir o relatório de síntese relativamente à execução orçamental, porque estamos a falar de apenas ainda 30 dias deste ano, mas relativamente à situação financeira, página 11, sobre a evolução desta dívida a curto prazo. Há cerca de um ano atrás a CM teve autorização para liquidar cerca de 13 milhões € curto prazo a fornecedores, foram liquidados. Na altura esta dívida decresceu significativamente porque foi transformada em dívida a médio e longo prazo. E aquilo que nós pudemos ver na última AM de 30 Dezembro, é que ela já chegava a cerca de 14 milhões €, e ela chega neste momento a quase 17 milhões € a dívida de curto prazo. Era para obter esclarecimentos sobre isto”. -----

**O Membro da Assembleia Municipal Sr. José Francisco – PS**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu queria fazer chegar ao Executivo uma preocupação da população dos Casais Penedos e



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Casais da Amendoeira quanto ao fornecimento de luz pela EDP. A luz está a dar entrada nas habitações dos utentes a 195 e está a ser cobrada a 220. Ela deveria entrar entre 220 e 230 e entra a 195. As pessoas estão a pagar uma coisa que não gastam. Eu às vezes costumo dizer que se eu tivesse a vender 19 litros de vinho por 20, estava lá logo a ASAE a prender-me, mas enfim a EDP pode fazer o que lhe apetece. Só que a população não está contente, e tem razão para protestar. Desde máquinas de lavar roupa, máquinas de lavar louça, esquentadores, está a sofrer tudo com essa situação. Como vamos entrar na primavera, e aquelas são duas localidades que tem sofrido também muito com a falta de água, nós queríamos fazer uma recomendação aqui ao Executivo da Câmara, se possível tentar ajudar a resolver aquele problema que já há anos que os afecta e que não gostaríamos de entrar no Verão com esse mesmo problema". -----

**O Membro da Assembleia Prof. Maria Emília Soares – CDU**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Há algumas questões que eu queria colocar aqui, fazendo como é normal a leitura da síntese da actividade da Câmara. Começando aqui pelos Bombeiros, não é em relação mesmo ao Bombeiros em si, mas despertou-me a atenção os números, as saídas, os problemas repentinos. E queria perguntar, por acaso a autarquia tem algum conhecimento, não sei se até através da Sra. Presidente Assembleia que é representante na Comissão de Saúde, se por acaso nós temos alguma noção da situação da Gripe A aqui no nosso Concelho, de quantas pessoas foram afectadas ou não. Depois na situação financeira na página 11 há uma rubrica de dívidas a terceiros, em que se deve 17359,15€ ao pessoal, ordenados, subsídios ou horas extraordinárias. Acho aqui um bocado estranho esta dívida. Na página 13, baixas, parcómetros. Qual é o ponto de situação? Falou-se muito do parcómetro dos moradores, as pessoas têm que continuar a pagar tal e qual com os outros não moradores, ou a Câmara está para resolver a situação? -----

Na página 13 a nível de Transportes Urbanos, eu queria perguntar. Eu acho que isto já foi apresentado na sessão de Câmara pelo nosso vereador, mas tem sido uma situação que já há anos e anos eu ando a batalhar nela tenho dois filhos que viviam em Porto de Muge. É a conciliação dos autocarros da rodoviária com o autocarro dos alunos que vem da freguesia de Valada e depois vão a pé lá para cima para a escola isto de manhã, e às vezes chegam atrasados às aulas, e é um bocado chato realmente esta situação. Se isto é possível conciliar ou ver com a rodoviária para resolver este problema. Porque Valada só tem um horário de manhã, não pode desdobrar para outro, não pode vir mais cedo, e é um bocado mais difícil. -----

Depois em relação , também me despertou a atenção por causa dos fogos serem construídos ou pedidos de autorização para construção, e depois lembrei-me de outra coisa: Porque é que, à semelhança de outros municípios a Câmara não tenta fazer um protocolo de acordo com o Instituto da Habitação e outros daqueles projectos de recuperação, e que tantas casas degradadas no concelho, e que em outros concelhos fizeram a aquisição com os protocolos com essas instituições, e depois ou alugam ou vendem a jovens em regime social. -----



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Página 33, programa 005, remodelação do Largo Valverde. Eu lembro-me que apresentámos também na Câmara esta situação. Aquela zona degradada, já vi que tem as portas fechadas das casas de banho para não se servirem delas a nível da toxicodependência. E diz aqui na síntese que estão para remodelação. Gostaria de saber o que vão fazer, se já têm projecto, gostaria de ter conhecimento dele, se nos entregassem ou enviassem ao nosso vereador. -----

Depois as piscinas que estão encerradas por causa de um tecto falso. Quando é a conclusão? Quando é que reabrem? E também se já foram feitos os arranjos nos anexos, nos balneários e nas arrecadação da parte de trás? -----

Depois as redes viárias, pagina 23. Lamento mais uma vez, porque agora ultimamente devido a problemas de saúde de um familiar meu, vou muitas mais vezes para Porto de Muge, e de facto aquela estrada da Ribeira do Cartaxo até Santana é uma vergonha. Não sei como as pessoas não dão cabo do carro. Já disse ao meu filho, olha se deres cabo do carro, apresenta a conta á Câmara, porque realmente aquilo não tem condições nenhuma. -----

Outra situação, fala-se na casa mortuária de Casais da Amendoeira, se não me engano. Eu queria perguntar: E o Cartaxo? Para quando a casa mortuária? Realmente faz imensa falta, até porque as pessoas podem não ter as mesmas religiões e querem estar á vontade a velar os seus mortos, e acho que deviam ter um lugar mais digno. -----

Outra situação que vem aqui é a esquadra da PSP, a empreitada. Quando vai começar? Será para aquele sítio? -----

Na Casa da Juventude também tenho uma dúvida. São só os jovens que frequentam as acções de formação e a internet, ou a Casa da Juventude dá também para as outras pessoas dos outros programas do Viver Mais Viver Melhor, ou se dá acesso a mais alguém. É só para os jovens ou também para as pessoas de outras idades? -----

Outra coisa. Para quando o final das obras do tribunal do Cartaxo?" -----

**O Membro da Assembleia Dr. Pedro Mendonça – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“As três perguntas que tenho vindo a fazer há três AM relativas ao campo da feira. O Sr. Presidente não faz mesmo questão de as responder ou posso aguardar por escrito ou oralmente? Quer que lhe as repita?” -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Vão ser respondidas por escrito.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª Odete Cosme – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Penso que o Sr. Vice-Presidente tem a seu encargo os Recursos Humanos e sabe com certeza que uma das leis que regem os Recursos Humanos é a lei 12-A/2008 LVCR. No site da Câmara, quando nós abrimos nos Recursos Humanos, está um procedimento de renovação de avença para um topógrafo. Ora se conhece a lei, sabe que essas avenças não podem ser feitas a pessoas



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

individuais. Nós gostaríamos de ter acesso ao despacho que deu origem a essa avença, à renovação dessa avença. -----

Depois existe a lista nominativa do pessoal. A lei no artigo 109 diz que essa lista tem de ser publicitada no site da Câmara. Realmente está lá o nome, mas a lista não consta. E portanto eu pedia ao Executivo que disponibiliza-se esses dados, em nome da transparência e do cumprimento da lei”. -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Não há mais intervenções. Antes de passar ao Sr. Presidente, vou esclarecer a professora Emília, que me perguntou se eu sabia quantos casos de gripe A tinha havido até agora no concelho. Tivemos uma reunião esta semana na 2ª feira, e a Associação dos Centros de Saúde ainda não disponibilizou esses dados porque foi a primeira vez que reuniu. Há dados que vão disponibilizar, não só sobre a gripe A mas sobre a problemática do concelho em várias áreas das doenças. Na próxima Assembleia conto já ter esses dados, e portanto darei depois esclarecimentos, esclarecerei ainda qual o papel que a Associação e o Conselho das Comunidades pretende que as assembleias municipais tenham”. -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Subsídio de funeral, pagamento do acto eleitoral, a questão do cartão sénior, tudo isto encontra-se a pagamento, e nós estamos a processar o mais rapidamente possível tudo isso. -----

Sobre a questão das horas extraordinárias e do relatório sobre as avenças não só vamos publicitar os conteúdos funcionais, isso também é pouco relevante, mas também o relatório funcionais, ou seja, o que é que cada um fez e porquê. Acho que isso também é relevante, porque só assim é que se pode medir o peso do benefício/custo a relação a cada uma das avenças e em relação às horas extraordinárias. -----

Gostava que o BE me remetesse por escrito como é que obteve informação acerca do pagamento do subsídio de funeral. Como se sabe a informação que foi prestada aqui é uma informação de natureza rigorosa e contabilística, deve obedecer as critérios também do ponto vista legal de passagem de informação por esta Assembleia, no respeito desta Assembleia e da Sra. Presidente, e passa para o Executivo todo o tipo de resposta em relação a estas matérias. Gostava que por escrito me fosse facultada informação de como é que obteve esse dado de forma tão rigorosa. -----

Queria também informar a CDU do seguinte. Largo do Valverde. O Sr. Vereador da CDU tem conhecimento do projecto. No que respeita ao Prohabita, tudo aquilo que a área Social tem procurado fazer a este nível, tem-se dado o máximo nas candidaturas e vamos tentar responder com maior eficácia possível. -----

No que respeita às piscinas, acreditamos que dentro de um mês sensivelmente haverá hipótese da reabertura. Não é uma matéria fácil, o que foi lá encontrado estava mais complicado do que aquilo que era a situação de início, no entanto estamos a trabalhar com a empresa para resolvermos o problema rapidamente. -----



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A estrada de Santana, acreditamos que a beneficiação ocorrerá durante o 1º quadrimestre deste ano. -----

Casa mortuária do Cartaxo, estamos a trabalhar também com outras entidades parceiras da área social para ver se conseguimos ter a casa mortuária mais cedo do que aquilo que seria previsível num investimento que nunca conseguiríamos fazer num prazo inferior a 3 / 5 anos. -----

Esquadra da PSP, vai para frente, eu penso que mais rápido do que aquilo que qualquer um de nós espera, aliás, o contrato foi assinado hoje. -----

Casa da Juventude tem um serviço polivalente, não serve só os jovens, serve todos aqueles adultos que queiram ter formação e utilizar aquele espaço que está ao serviço da comunidade, também de vários programas que esta autarquia e as freguesias também têm disponíveis. -----

Obra do Tribunal, eu penso ter uma reunião o mais rapidamente possível com o Sr. Ministro da Justiça, que me dirá não só o timing da conclusão daquelas obras, mas também a possibilidade de desenvolver os serviços da Loja de Registos, que foi sempre uma expectativa e uma ambição deste Executivo e também para benefício de todos os municípios. -----

No que respeita á lista dos topógrafos, vamos responder por escrito, naturalmente em relação aquilo que foi requerido. -----

No que respeita á pagina 11 e às dívidas que o PSD mas também a CDU fizeram referência, nós poderemos também responder por escrito. Aquilo que eu posso adiantar desde já, é que neste momento nós tencionamos até ao final do 1º quadrimestre, com a receita que há-de vir do dinheiro das águas, fazermos os pagamentos, quer os pagamentos mais pequenos até 25.000 €, quer os pagamentos superiores a 25.000€. -----

Temos também a oportunidade de manifestar ao BE não só a legalidade mas também aquilo que representa a gestão financeira desta casa, não no que diz respeito aos factorings que estão a ser incorrectamente utilizados pelo BE para a operação que está aqui em causa, mas sim no que diz respeito às cedências de créditos que é o que está ali em causa. Que por sua vez também se distingue de uma outra operação bancária que são os confirmings . Em relação a tudo isso temos um parecer jurídico que permitirá estabelecer não só estas diferenças como também a respectiva legalidade do cumprimento por parte do Executivo daquilo que prescreve não só a Lei das Finanças Locais mas também as restantes leis sobre esta matéria. -----

Os parcómetros, peço-vos para respondermos por escrito, porque eu não tenho nenhum relatório de situação neste momento. Sei que há uma cobrança de receita, existe um número apurado do número de estacionamento em termos de veículos, mas não tenho dados rigorosos neste momento, por isso pedia para responder por escrito com o máximo de rigor sobre essa matéria”. -----

**O Membro da Assembleia Dr. Pedro Mendonça – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Faltou responder a três questões que lhe ando a fazer há três AM, a essas não respondeu”. -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Eu disse que era por escrito”. -----

**O Membro da Assembleia Dr. Pedro Mendonça – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Em relação ao subsídio de funeral. O Sr. Presidente se disse eu não tomei nota. Mas o assunto está resolvido, em vias de resolução ou não tinha conhecimento? -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Já dei ordem de pagamento”. -----

**O Membro da Assembleia Dr. Pedro Mendonça – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Então depois nós satisfaremos a curiosidade do Sr. Presidente. Eu inclino-me entre um curiosidade mórbida ou politicamente perigosa. Mas nós damos essa informação por escrito”. -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“A questão não tem a ver com curiosidade. A questão tem a ver com o respeito por esta assembleia, pela Sra. Presidente, e pelo Executivo”. -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Mais intervenções? “ -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Só aqui uma pequena nota de humor. Quando o Sr. Presidente da CM, referindo-se á dívida de 7 milhões de euros disse que se Deus quiser e com a concessão das águas, talvez consigamos resolver isto. Só para registar que estamos no ano do centenário da República e que a laicização do estado é uma coisa que está garantida pelo menos há cerca de 100 anos. Portanto, oxalá que não seja Deus nosso Senhor a pagar esta dívida e seja a Aquália a pagá-la o mais depressa possível”. -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Felizmente para o Cartaxo, há um conjunto de opções estratégicas que este Executivo foi tomando ao longo do tempo, que a pouco e pouco se vão revelando acertadas, e por isso não são naturalmente pendentes da obra e graça do Senhor, mas também daquilo que são essas opções estratégicas bem tomadas, a pouco e pouco vamos conseguindo equilibrar as finanças desta casa, da nossa casa das freguesias, dos nossos parceiros e o concelho vai se conseguindo desenvolver. Ainda bem que assim é. E eu, utilizando até a obra e graça do Senhor, uma pessoa que até sinceramente considero-me católico, mas não praticante, ou seja, o meu laicismo até existe e pratico mais do que propriamente a proximidade do Senhor, mas com água, e com vinho e também com esta esperança e fé penso que conseguiremos continuar a fazer aquilo que pensamos que é melhor para o concelho”. -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Essa obra e graça do Senhor não é sobretudo transcendente porque é o Sr. Presidente”. -----

**2. ao ponto 9 – Ratificação dos Protocolos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia.** -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Vamos passar ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos. Informo que me foi entregue uma Declaração do grupo do BE, face à ilegalidade da proposta de ratificação dos Protocolos com as Juntas ( anexo 8)”. -----

**O Membro da Assembleia Municipal Eng. Pedro Barata – PSD** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Era fazer a sugestão de juntar os pontos 2 ao 9º num ponto único”. -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Vamos então passar à votação da proposta feita pelo Sr. Eng.º Pedro Barata, para juntar os pontos de 2 a 9 num ponto único.”. -----

Não havendo mais intervenções a Sr.ª Presidente pôs à votação a proposta do PSD. -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do PSD para juntar os pontos de 2 a 9 num ponto único, com 24 votos a favor, 17 do grupo do PS e 7 do Grupo do PSD.** -----

**O grupo do BE e o grupo da CDU não participaram na votação.** -----

**O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Salgueiro – PS**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Antes de começar a minha intervenção, quero dizer apenas a título de esclarecimento, que a casa mortuária, há uma parte do salão que este fim-de-semana já funcionou com bastante dignidade. Estavam lá três corpos, uma encontrava-se precisamente na parte mais antiga, e dois corpos estavam já na parte que foi efectivamente arranjada. -----

A minha intervenção tem a ver precisamente com o protocolo de delegação de competências entre a Câmara e a JF do Cartaxo. E na qualidade de Presidente da freguesia do Cartaxo, encaro com muito incentivo o princípio da descentralização de competências pelas juntas de freguesia, acompanhada pelos respectivos meios humanos, pelos recursos financeiros, tendo em linha de conta a realidade de cada uma das freguesias. E neste sentido, tal como em anos anteriores, foi com total disponibilidade e abertura, que iniciámos no passado mês de Dezembro o processo de negociações com a CM para a delegação de competências. Nessas reuniões de Dezembro e Janeiro manifestámos quer ao Sr. Presidente quer ao Sr. Vice-Presidente da Câmara aquelas que eram as nossas prioridades para o ano de 2010, quer no que diz respeito aos investimentos que desejamos concretizar, quer no que diz respeito às despesas correntes inerentes às competências que nos últimos anos foram delegadas pela Câmara na JF do Cartaxo. Registei com agrado que nas primeiras reuniões que realizámos com o Sr. Presidente quer ao Sr. Vice-Presidente da CM, as nossas propostas mereceram o seu acolhimento e consentimento, facto este que resultou na



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

inscrição dessas verbas no orçamento da Junta para 2010, 50.000 € em correntes e 46.700 mais 17.884 € proveniente de dívida relacionada com o protocolo de 2008, totalizando 64.584€, que aprovámos em reunião de Assembleia de Freguesia em 28 de Dezembro. Tendo em conta as notícias vindas a público nos últimos dias que davam conta da recusa por parte da JF do Cartaxo em subscrever o protocolo de delegação de competências com a CM para 2010. Importa esclarecer, a JF do Cartaxo nunca recusou a aceitar competências delegadas pela CM como tem sido a boa e leal tradição de cooperação entre as duas autarquias. A JF do Cartaxo não está é de acordo com a verba de 5.700€ para as despesas correntes, tendo nos sido comunicado que a verba determinada era proporcional á descentralização de competências para cada uma das autarquias que de forma correcta e exacta e tendo em conta as responsabilidades ao nível escolar, fornecimento de alimentação, transportes, material de limpeza, etc. Esta decisão compromete a gestão da Junta, nomeadamente nos recursos humanos, no apoio às colectividades e no apoio social que tem sido prestado aos mais e menos jovens, tendo em conta que os custos com as competências delegadas em despesas correntes importam tal como eu muitas vezes frisei em cerca de 40.000€, e que são conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos. Como sabem temos um funcionário desde há muitos anos. Depois temos também a cobrança de água e que compete em calcular ainda enfim atendendo ao grande número de população do Cartaxo, a funcionária é absolutamente necessária, para além da UECI que é o apoio ao universo educativo do 1º ciclo. -----

Esclareço também que temos mantido em execução todas as competências em matérias de despesas correntes já em relação a este ano de 2010. E dizer também que nem a verba do protocolo num total de 96.700 € pusemos em causa, dissemos sim que se encontrava ainda em dívida a quantia de 17.884 € relativa ao protocolo de 2008. -----

O que nós sempre solicitámos com muito empenho e justeza dos nossos argumentos para aumentarem as correntes em detrimento do capital conforme nos tinha sido prometido mas que infelizmente não foi concretizado. Acreditem que toda esta situação tem preocupado a mim e aos meus colegas, porque sempre pautei-me pela verdade, transparência e honestidade. E ainda pensei em alguns cenários e tomadas de posição, mas reflectindo e com apoio e colaboração dos elementos do Executivo, decidimos para 2010 e dada a inflexibilidade da CM em assinar o protocolo. É óbvio que vamos ter muitas dificuldades, tendo em conta a diminuição significativa da verba para as despesas correntes. Consequentemente algumas rubricas sofrerão reduções, uma vez que sempre prestámos uma gestão rigorosa para além de muitos apoios e iniciativas ficarem em causa. Tudo isto é também para salvaguardar os interesses da freguesia e da população, para além de evitar o despedimento de dois funcionários contratados para fazer face às competências que estão protocoladas desde há tantos e tantos anos. Espero que a nossa população compreenda e continue a manter o reconhecimento e o carinho pelo nosso empenho, dedicação e trabalho. Apelando desde já ao Sr. Presidente da CM e a todos aqueles que o acompanham no sentido de



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reformularem os critérios este ano praticados. -----

Para finalizar, a JF do Cartaxo continuará com serenidade e dedicação para que a nossa freguesia e concelho continuem na senda do progresso e desenvolvimento económico e social”. -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Intervenções? -----

**O Membro da Assembleia Municipal Sr. Fernando Ramos – PS**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Através da experiência que adquiri ao longo dos últimos anos, reconheço que a JF é o órgão autárquico mais próximo das pessoas, ela deve ser a porta-voz das suas necessidades e interesses e aspirações, e ao mesmo tempo a primeira instância de resolução dos seus problemas. Sem freguesias fortes e desenvolvidas não é possível promover um crescimento sustentado. Sempre defendi para as Juntas de Freguesia um papel mais interventivo na definição e execução das políticas do município. Entendo que também a CM do Cartaxo através deste protocolo a descentralização de competências das Juntas de Freguesia. Congratulamo-nos por isso como município do Cartaxo, por entender que com este instrumento é dado uma maior proximidade destes órgãos às populações, podendo as verbas serem melhor rentabilizadas com mais celeridade, logo com vantagens para a qualidade de vida das pessoas. Esta visão da CM do Cartaxo confere dignidade às Juntas de Freguesia, reconhecendo um papel mais interventivo. Foi assim aceite o protocolo que estabelece as condições, direitos e deveres recíprocos em que Câmara procede á transferência de competências nas Juntas de Freguesia. Um compromisso assumido com força e coragem. Estamos todos conscientes que o contexto económico e financeiro muito desfavorável e de grande apreensão no país, preconiza toda a contenção e um maior rigor na gestão orçamental autárquica. Delegar competências é símbolo de planeamento partilhado responsabilidade com as Juntas de Freguesia. Partilhar um sem número de problemas que condicionam a vida do cidadão e cuja resolução contribui decididamente para o aumento da sua qualidade de vida e para o desenvolvimento e coesão das comunidades locais. Como autarcas, temos a responsabilidade e o dever de trabalhar no sentido de dar o melhor futuro aos nossos munícipes. E o futuro constrói-se com as pessoas, são elas que fazem a diferença, particularmente pela formação e qualificações que têm. Por isso com as verbas que nos foram delegadas neste protocolo, deveremos continuar a investir nas escolas, melhorando o necessário para se atingir uma formação de excelência. Na área da cultura a nossa ação continuará a ser de apoio e fomento á produção local, pois temos a consciência que ela é a nossa alma. Continuaremos a apoiar intensamente as nossas instituições locais. O desporto continuará a ter o nosso apoio sobretudo na sua vertente social e formativa. Deveremos investir no envolvimento das freguesias em parcerias locais, geradoras e potenciadoras de sustentabilidade. Seremos intransigentes e activos em defesa do interesse e das linhas orientadoras do futuro das nossas freguesias. -----

Quero também de uma forma sincera saudar o Sr. Presidente CM e o seu Executivo pela forma



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prática e eficaz das transferências de verbas para as freguesias. Para terminar, gostaria de ver todos os eleitos desta assembleia, independentemente da sua cor partidária, pronunciarem-se positivamente sobre os protocolos das freguesias, e desta forma ajudarmos a construir um futuro melhor para todos os nossos cidadãos". -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Mais intervenções?" -----

**O Membro da Assembleia Municipal Eng. Pedro Barata – PSD** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Queria colocar aqui uma questão directamente ao Sr. Salgueiro. Era se ele podia elucidar esta assembleia. Qual foi a justificativa que o Executivo deu para este ano, ao contrário de outros, o valor correspondente à despesa corrente ser tão baixo comparativamente a outros anos? Qual foi a justificação que lhe foi transmitida?" -----

**O Membro da Assembleia Sr. Manuel Salgueiro – PS**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"O que o Executivo na pessoa do seu Vice-Presidente me informou, foi que a verba determinada era apenas e só proporcional à descentralização de competências para cada uma das autarquias que de forma correcta e exacta e tendo em conta as responsabilidades apenas e só ao nível escolar. Como nós temos fornecimento de os materiais de limpeza às escolas, foi precisamente apenas e só essa verba, esquecendo-se de todas as outras áreas que estão protocoladas e como tal têm de ser descentralizadas para a Junta do Cartaxo, e que como tal fazendo parte do protocolo está-se a violar essa verba, que são cerca de 40.000€. Quero dizer também que nada me foi imposto em relação às escolas, no entanto eu não posso deixar de dizer que nós temos de ver a realidade, era quase impensável nós termos capacidade, e desculpem os meus colegas, mas as realidades são diferentes da cidade para outras freguesias, em que temos cerca de 600 crianças. E nós não tínhamos de forma alguma, por muita boa vontade é muito bonito dizer-se, descentraliza-se e aceita-se, mas não tínhamos certamente, apesar de não nos ter sido colocado, porque o que ia no protocolo nós aceitávamos perfeitamente, mas isto é por causa das escolas porque é que só tem isso e não tem as outras coisas. É quase impossível, impensável, nós termos capacidade para realmente controlar em várias escolas cerca de 600 crianças. Tanto mais que este protocolo foi feito com o Jardim de Infância do Cartaxo, onde muitas dessas crianças estão inseridas no próprio Jardim de Infância, e por outro lado tem facilidade em entrar em contacto porque os transportes são também do Jardim de Infância. Era impensável nós assumirmos uma situação dessas, tanto mais que eles têm transporte, têm possibilidade do controlo. E mais, isso é capaz de dar por mês o valor para pagamentos cerca de 5.000 contos/mês. Por exemplo a CM por hipótese por qualquer motivo não tinha a verba para fazer face a esse pagamento, e onde a Junta ia buscar esse dinheiro". -----

**O Membro da Assembleia Municipal Eng. Pedro Barata – PSD** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“O Sr. Salgueiro depois disse que manifestou que a verba de 5.700€ era pouco, e sugeriu uma alteração ou um aumento na cotação. E foi-lhe respondido que Sim ou manteve os 5.700€?” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Sr. Manuel Salgueiro – PS**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Nós tivemos vários contactos e eu tentei sempre apelar no sentido de me demonstrarem. Chegaram-me a pedir até inclusivamente para apresentar o que se gastava em caminhos vicinais, tudo rubrica a rubrica. E posso-vos dizer que até mesmo no dia em que de certo modo se chegou a um entendimento, no dia 8, até aí eu solicitei no sentido de reforçar, tal como aconteceu ao longo dos anos, não foi a primeira vez que aconteceu esta situação, de reforçar efectivamente parte das despesas correntes, porque é uma situação muito complicada para a Junta do Cartaxo. Eu sei também Sr. Presidente do esforço que fizeram por causa do empréstimo, mas que disse-me depois que já não havia hipótese de alterar. E como nós já estávamos, inclusivamente e através do PSD também, lembro-me de ter lido enfim um comunicado em que dizia que em virtude da minha recusa na assinatura do protocolo, já estávamos a comprometer o orçamento em mais de 40%. É óbvio que isso é uma realidade. Houve realmente da minha parte, não foi recusa, houve foi uma tentativa constante de conseguir que chegássemos a bom termo para a Junta conseguir ter aquela dignidade que tem conseguido ter ao longo de tantos e tantos anos”. -----

**O Membro da Assembleia Municipal Eng. Pedro Barata – PSD** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Queria colocar aqui também algumas sugestões ao executivo, nomeadamente se estes protocolos assentam nos mesmos pressupostos dos anteriores? Se há aqui algumas alterações, tendo em conta os valores que estão incluídos, se incluem a regularização de dívidas e outras coisas do passado? Se incluem obras em Centros de Dia, etc. E portanto se também há alterações nos pressupostos dos anteriores? -----

Se existe para além dessa pequena explicação, qual é que, se nos querem transmitir, qual é que é o motivo pelo qual as despesas de capital apresentam em todos os protocolos um valor significativamente mais elevado, contrariando também ou pelo menos não estando em linha com aquilo que acontecia no passado com esta discrepância. -----

E também a questão, do protocolo com a Junta de Freguesia do Cartaxo, não verificamos nenhuma referência ao Centro do Convívio. Aquilo que nós também gostávamos de saber é se o Centro do Convívio, se depois do Sr. Presidente de Câmara ter dito nesta Assembleia que estava de acordo com a proposta, depois da Assembleia de Freguesia do Cartaxo ter votado favoravelmente uma deliberação nesse sentido, se o Centro de Convívio está ou não protocolado neste protocolo? -----

E já agora uma outra questão que é se esta forma de lhe fazer através desta metodologia, se também está relacionado com a taxa de endividamento da Câmara e as questões da dívida de médio e longo prazo? “ -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Mais intervenções? Passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.” -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Vou ser muito breve. Em primeiro lugar gostava de dizer o seguinte: sobre a minha liderança, mas neste caso formalização em termos protocolares, nós ao longo dos últimos anos, temos vindo a percorrer um caminho, o caminho da descentralização, temos vindo a melhorar os protocolos, e queremos continuar esse caminho, ou seja, eu penso que, quer do ponto de vista do ajustamento a própria adaptação legal, competências e também da valorização dessa mesma descentralização de competências, o caminho pode continuar a fazer-se caminhando e pode continuar a ser valorizado. Queria aqui registar com grande apreço aquilo que os Srs. Presidentes de Junta e seus Executivos têm feito ao longo destes anos e este ano também o vão fazer, no sentido da concretização com essas verbas, que manifestamente vão complementar as verbas que são insuficientes, que são dadas pela Administração Central, com estas verbas têm feito milagres algumas vezes, quer naquilo que respeita à satisfação das suas necessidades correntes, quer também no que respeita à satisfação das necessidades de investimento e das ambições das freguesias, estão mais próximos e têm feito um trabalho digno, um trabalho muito positivo e muito eficaz na satisfação dos anseios da população. -----

Isto das oito freguesias em geral, e também este ano verificou-se o mesmo, ou seja, procuramos fazer o melhor trabalho de concertação possível entre as juntas de freguesia e o município, no sentido de tentarmos obter os valores indicados para concretizar da melhor forma possível essa mesmas ambições. -----

Não conseguimos resultados óptimos, nem em termos de verbas, nem em termos de descentralização de competências. No ajustamento dos critérios, mantemos os critérios que sempre tivemos, vamos melhorando este ou aquele, mas isto é a resposta ao que me solicitaram. A manutenção dos critérios mantêm-se, e naturalmente que em tempos difíceis temos que tomar opções. Optamos também por privilegiar alguns dos investimentos, aliás pedimos a cada um dos Srs. Presidentes da Junta que nos dissessem e apresentassem uma listagem dos investimentos, dos anseios, daquilo que seriam as opções políticas e da acção concreta nas suas freguesias apresentamos, também, de acordo com o nosso próprio orçamento, apresentámos aquilo que era possível executar durante o ano de 2010. E chamo aqui a atenção que o protocolo não sofreu em período de dificuldade financeiras praticamente nenhuma evolução do ponto de vista do decréscimo, pelo contrário cresceu até ligeiramente.-----

Conseguiu-se manter, apesar de tudo e mantendo todas as competências, um ligeiro aumento. Mas foi possível porque também foi de principio e que nos vale de que um euro utilizado pelos nossos autarcas das freguesias é um euro tão bem ou melhor aplicado do que pelo próprio executivo municipal, naturalmente que tem outras responsabilidades, outras competências, outra dimensão.---  
Isto para dizer o quê? Para desmistificar em relação a Junta de Freguesia do Cartaxo, dizendo o seguinte: todos nós sabemos que o FFF- o Fundo de Financiamento das Freguesias - trata de



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

forma diferenciada as diferentes freguesias, e as contas que foram feitas tendo em conta o capital mas também o corrente, foram feitas também do nosso lado, do lado do município, do executivo, tendo em consideração essas diferenças.-----

Naturalmente que uma freguesia com uma densidade populacional superior, ou, com uma dimensão geográfica superior tem um determinado fundo financeiro directamente da Administração Central. E aquilo que fizemos foi exactamente um critério de justiça e de igualdade de tratamento dos Srs. Presidentes de Junta. -----

Ou seja, o mesmo critério de opção por investimento foi feito em relação a todas elas. Tal como, o mesmo critério e opção pelo pagamento da receita corrente, da nossa receita corrente. A receita corrente não é igual para todos os Executivos, uns recebem mais da Administração Central, outros recebem menos, conforme foi referido. E compete a cada Junta, como nós, gerir aquilo que tem no seu orçamento. Foi este o princípio que foi adoptado. Naturalmente que adoptámo-lo em relação a todas de igual modo. -----

Outro ponto também muito importante em relação à freguesia e, nomeadamente, a questão do Centro de Convívio de outras competências. Nós nunca o faremos deste lado, isto é assim, um acordo de delegação de competências parte sempre por um princípio de satisfação de ambas as partes.-----

Naturalmente que sabendo que o Centro de Convívio, foi até aqui apresentado pela primeira vez essa ideia de ser gerido pela Junta de Freguesia e também depois aprovado em Assembleia de Freguesia, poderia ou deveria ser gerido pela Freguesia e pelo Executivo do Cartaxo. -----

Nós nunca teríamos audácia de, a partir do momento em que, no mês, ficou decidida essa matéria, no ano em começa exactamente a decorrer as actividades, neste caso em relação ao Centro de Convívio, o que tem a ver com um conjunto de idosos, que tem a ver com uma área sensível em termos de trabalho, nunca iríamos colocar neste protocolo já de 2010 uma competência desta natureza e descentraliza-la à "la gardere".-----

Ou seja, havia condições e há para concertar com a Junta de Freguesia meios, condições, formas, para que essa competência seja exercida pela Junta de Freguesia do Cartaxo em 2011. Pareceu-nos que era precipitado fazê-lo já em 2010. -----

Mas, também, o dizemos em relação a refeições escolares, o dizemos em relação ao cemitério e em relação a qualquer outra competência. Não é porque politicamente se entende que esta ou aquela matéria deve ser gerida pelo Executivo de Freguesia, que a Câmara sem Junta ou a Junta sem a Câmara, determinam a sua acção de concretização. -----

Porque isto exige responsabilidade de ambas as partes, exige meios, exige para além da vontade política, exige uma acção concreta em prol dos cidadãos. E por isso é que naturalmente aquilo que existe em outras freguesias, em relação ao exercício de competências, nomeadamente os cemitérios, não existe na cidade. Aquilo que existe em relação às refeições escolares, conforme o Sr. Salgueiro referiu, não existe também na cidade.-----



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mas se de hoje a amanhã, a Junta de Freguesia do Cartaxo entender que quer exercer determinada competência, cá estamos nós, o Executivo, para passar essa descentralização, com cabeça, tronco e membros. Agora os nossos critérios mantêm-se inabaláveis, são os mesmos: servir melhor a população, se podermos servir melhor a população, mais próximo, tanto melhor. ---- Por isso é que nós, e eu não utilizaria o termo inflexível, estamos perfeitamente convictos do critério e do rigor da aplicação de justiça e igualdade de tratamento entre as diferentes freguesias, mantivemos os protocolos de início, tal e qual como foram feitos. Por mais nada, porque entendemos que assim estamos bem, estamos no caminho certo. Para o ano faremos melhor. É esse o compromisso que nós assumimos sempre com os nossos Presidentes de Junta, sempre na perspectiva de servir melhor os nossos co-cidadãos". -----

**O Membro da Assembleia Municipal Sr. Manuel Salgueiro – PS**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Se me permite, eu não posso deixar, enfim, de responder ao senhor Presidente, quando diz e já ouvi por acaso na rádio falar, precisamente por causa do fundo de financiamento das freguesias e do facto da Junta do Cartaxo a receber 113.000€. Muito bem. Isto tem haver como sabe com o número de eleitores ou a área etc.-----

Se eu lhe dizer que as nossas receita correntes, receitas totais da Junta, considerando os 113 mil e com o restante, são cerca de 125 mil €. Se nós só com o pessoal, com a aquisição do bens, são coisas do dia-a-dia, do quotidiano, e da aquisição de serviços são mais 28 mil €, temos 138.300€. Nós ainda nos falta, para fazer face a isto, cerca de 8 mil €. E da forma como fizeram o protocolo connosco e, ao colocar-nos apenas só 5.700 €, violando o que está no protocolo, que é efectivamente a conservação e a limpeza. Porque nós temos imensos caminhos vicinais, e os nossos caminhos vicinais são diferentes da maior parte das freguesias, porque é tudo na periferia do Cartaxo, da cidade, e que temos cerca de 40 quilómetros, apesar de alguns já estarem asfaltados, mas em que o funcionário tem que estar lá dia-a-dia, portanto não é uma coisa que se possa fazer um ajuste directo, não é nada disso, nós temos necessidade de ter ali aquela pessoa todos os dias com máquinas etc, e isso está protocolado.-----

Porque a lei, no artigo 66, precisamente prevê que a conservação e a limpeza eram uma descentralização da Câmara para a Junta, como tal, tem obrigação também de assumir os compromissos com essa pessoa: subsídio de refeição, segurança social, seguro, vencimento, são cerca de 14 mil e tal euros. Se formos, por exemplo, de uma freguesia pequena que é diferente de uma freguesia que tem 600/700 ou 800 pessoas, para uma população como o Cartaxo, temos de ter ali uma pessoa. E quando aceitámos essa descentralização foi porque a verba dava para fazer face ao pagamento dessa pessoa. -----

A receita da Junta eram cerca de 130 mil considerando, o protocolo de 5700 euros e a despesa só da parte das correntes, são 138 mil euros, vejam ainda ficamos saldo negativo, sem um cêntimo para poder apoiar uma iniciativa, para podermos fazer tudo aquilo que fazíamos com os nossos



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

idosos, etc. Tudo isto foi colocado em pormenor ao Sr. Presidente, Vice-Presidente, e mais, à Sra. Coordenadora, em inúmeras reuniões, tudo com documentação, tendo explicado tudo, entreguei toda a papelada. Sinceramente não percebi esta decisão. Vejam como se tornou após tantos anos um risco, quer a nível do pessoal quer a nível de equipamentos, nós assumimos e depois em determinada altura o Executivo da Câmara resolve e acaba com esta descentralização, acaba-se com estes protocolos e lá estão as Juntas sem poder sobreviver. -----

Portanto desculpem, isto é a realidade dos factos, e sinceramente têm-me feito sofrer um bocado, acho que não merecia este entendimento, até porque a freguesia do Cartaxo, e sem desprezar todas as outras freguesias e os meus colegas, só em termos de trabalho que nós temos com as nossas colectividades, com a presença, com o diálogo, com toda aquela dinâmica que se tem dado; reparem nós temos trinta e tal associações, colectividades, instituições culturais, instituições de solidariedade social, etc. Só a Sociedade Filarmónica tem vinte e oito secções, que é praticamente tanto como todas as outras têm. Exige muito do Presidente de Junta e como é óbvio até dos outros meus colegas, mas eu é que estou ali, eu estou ali quase por amor à camisola. -----

Portanto esta situação do fundo de financiamento não faz sentido absolutamente nenhum e não tenho mais nada a dizer, acho que os argumentos estão todos na mesa. É que já no tempo da Dra. Maria José Campos, sempre vinha um x para as despesas correntes, e um x para despesas de capital, e desta vez é a primeira vez que somos surpreendidos com esta situação. Em vez de nos porem tanto em capital, pusessem pelo menos para fazer face aos encargos que temos. E daquilo que nos sobriaria do nosso orçamento, podermos apoiar os nossos idosos, podermos apoiar as nossas iniciativas”. -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

“Tenho aqui três ou quatro questões que gostava de dirigir ao Executivo, mas tenho uma que é essencial, em que era importante que a Assembleia tivesse plena consciência daquilo que está em causa, e refiro-me ao instrumento financeiro que este ano concretiza os protocolos. Nesse sentido aquilo que pudesse ser esclarecido pelo Executivo desde já, e depois colocava mais duas ou três questões.”-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

“Qual é a dúvida concretamente em relação ao instrumento financeiro?”-----

**O Membro da Assembleia Municipal Eng. Pedro Barata – PSD** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

“Todos nós temos consciência que o instrumento financeiro que foi utilizado nos últimos anos nas transferências para as freguesias e que suportava estes protocolos, funcionou com determinadas regras, e que este ano há regras diferentes, e o instrumento financeiro não é exactamente o mesmo que foi utilizado nos últimos anos. Portanto creio que estas explicações, até com algum detalhe técnico, não precisa ser tão aprofundado quanto isso, devem ser dadas à Assembleia para todos



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

termos consciência daquilo que está a ser discutido”-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“A decisão é esta. Para satisfazer um determinado compromisso, e neste caso em concreto para satisfazer o compromisso existente entre o Executivo e as freguesias, a determinado momento do ano passado, e estou a referir-me em concreto aos últimos meses do ano passado, nós entendemos que deveríamos, sabendo que o protocolo não define regras no ponto de vista de pagamentos, anuidades, mensalidades, semestralidades, assumimos que deveríamos socorrer-nos neste caso a uma entidade financeira, acaba por ser uma cedência de dívida, ou seja, a Junta de Freguesia cede a dívida a uma entidade financeira e o Município toma conhecimento dessa cedência de dívida. Isto permite que a freguesia fique com o dinheiro na mão correspondente àquilo que é a responsabilidade existente protocolarmente entre as duas entidades. O que aconteceu este ano foi exactamente o mesmo, só que tomámos essa decisão logo no início. Tal como aliás devem ter reparado, este ano, também os próprios protocolos vieram mais cedo para apreciação, quer em Câmara quer aqui apresentados para Assembleia Municipal. Ou seja, entendemos que, ao invés de estarmos a chegar ao meio do ano e depois decidirmos nessa altura então para honrar o nosso compromisso protocolar vamos desenvolver o mesmo mecanismo que fizemos em 2009. Aquilo que nós fizemos foi pura e simplesmente assumir que havendo condições para esta cedência de dívida entre aquilo que é a Junta de Freguesia e a entidade financeira com o conhecimento do Município, e a possibilidade da freguesia ficar com o montante protocolada em causa na mão, determinámos imediatamente que isso aconteceria no início do ano, neste caso em Janeiro/Fevereiro. Sei que algumas freguesias receberam agora há cerca de uma semana. Daí que o instrumento financeiro utilizado acaba por ser muito daquilo que é uma operação de conferming do ponto de vista da natureza comercial. Não o é no caso dos municípios, porque legalmente não existe essa figura, mas do ponto de vista do acordo de regularização de dívida, que é a figura que é utilizada aqui, essa permite que efectivamente esta operação se concretize.-----

Há aqui um dado importante, os juros moratórios inerentes a estas operações são permitidos não só legalmente, e têm uma contabilização própria noutro tipo de juros, não se tratam de juros financeiros, assim como, estes juros moratórios são significativamente mais baixos do que se tivéssemos a falar do pagamento de juros de corrente no atraso na capacidade de solver algum compromisso. No caso em concreto das Juntas de Freguesia, acredito que a relação que existe não iria levar à cobrança de juros, mas isso nota-se, por exemplo, no caso fornecedores ou dos empreiteiros, a cobrança de juros por parte dessas entidades à Câmara, à taxa legal, é significativamente superior aos juros moratórios inerentes a estas operações. Ou seja, do ponto de vista da defesa do interesse público e até da utilização devida dos fundos públicos, também, aí estamos devidamente salvaguardados.-----

É esta a operação que está aqui em causa, a cedência de créditos e a existência de um acordo de regularização de dívida balizado por um protocolo que subjaz em relação à parceria



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara/Executivo de Freguesia, para garantir que efectivamente que esse compromisso é salvaguardado.-----

Queria só dar aqui uma nota muito importante. Para 2011 não sabemos se podemos continuar a manter estes níveis de valores, eu queria deixar isso bem claro, eu já o disse em sessão de Câmara. Porque se nós olharmos à nossa realidade vemos que efectivamente estes montantes, ainda que necessários, não é isso que está aqui em causa, são efectivamente montantes significativamente altos que são protocolados com as freguesias. Isto é um dado e quero deixar isto bem claro. Nós temos que analisar muito bem a capacidade, olhando para aquilo que temos de corrente, olhando para aquilo que temos de capital, olhando para as necessidades todas, e ver até que ponto é que dentro desta descentralização de competências que têm sido nosso princípio, nós conseguimos continuar a manter estas verbas, porque efectivamente são extremamente elevadas. Terá que ser por outro meio, terá que ser por mais investimento directo por parte da Autarquia em cada uma das freguesias, cá nos arranjaremos, mas efectivamente é bastante complicado suportar este crescendo de apoio. Basta olhar para os valores que têm existido nos últimos anos. Esta é a operação que está em causa.-----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

“Só para esclarecer, a ideia que fica é que as Juntas de Freguesia têm um crédito junto da Câmara Municipal, que por sua vez é substituído por uma instituição financeira que faz essa transferência. Posto isto, aquilo que eu quero saber é, a escolha dessa instituição resulta de uma consulta ou de uma negociação directa com a instituição financeira?”-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

“Directa. Cada um dos elementos Executivo Freguesia com a instituição financeira.”-----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

“O que quer dizer, por exemplo, o Fernando Ramos estava satisfeito com o protocolo, pode ir ao banco A. E o Sr. Salgueiro que estava chateado com o protocolo pode ir ao banco B. Nessa circunstância a Câmara quando tiver que fazer esse crédito à instituição financeira Junta de Freguesia.”-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

“Não tem a ver com o estar chateado com o protocolo. O argumento fundamental será, e isto no princípio da defesa do interesse público, tal como para a Câmara nós queremos o melhor e a salvaguarda do interesse público, também, cada um dos Srs. Presidentes de Junta quer o melhor, não só em taxa de juro mas, em tempo e condições, para a sua própria Junta de Freguesia e gestão da sua tesouraria”.-----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“O Sr. Presidente falou no facto de ter um conjunto de pareceres. Isto para nós está um pouco na fronteira de entrar ou não entrar na capacidade de endividamento do município. E portanto face a isto, logo à partida ficamos aqui com muitas dúvidas. Até porque parecendo que isto eventualmente pode ser endividamento de curto prazo, eu não tenho dúvidas que isto poderá em negociação transformar-se num crédito a médio e longo prazo. Para além disso, tem um conjunto de outras desvantagens, que é o facto das Juntas de Freguesia necessitarem fundamentalmente de transferências correntes, porque os seus encargos são normalmente de natureza corrente. Se algum investimento têm sido garantido ao longo dos últimos anos normalmente pela CM, pelo Executivo Municipal, há despesa de capital efectuada pela Juntas de Freguesia, que é quase residual em todas as prestações de contas do município, estas transferências que foram propostas aos Executivos de Freguesia e que foram aceites e assinados os protocolos, e há aqui uma rigidez que no passado não existia, porque tem aqui dificuldades do ponto de vista contabilístico depois na transferência de montantes que estão em capital para os correntes.-----

E levanta-se aqui outro problema, que é o perceber se alguns dos Executivos de Junta de Freguesia vão conseguir fazer com que alguns destes montantes que estão em capital possam depois ser transformados em correntes. Portanto, fico com muitas dúvidas que isso possa depois ser concretizado. -----

Eu dou um exemplo, o Sr. Salgueiro ainda há pouco na sua intervenção, pelos montantes que aqui referiu estávamos a falar em qualquer coisa como cerca de 40% dos montantes seriam para transferências correntes e cerca de 60% para transferências de capital. Ora num passado recente as transferências que foram feitas, por exemplo, para a Junta de Freguesia do Cartaxo quase seguramente ultrapassavam os 70% em montantes correntes e o resto eram capital. Isto aqui carece de algum esclarecimento, até para que a Assembleia Municipal que se possa pronunciar sobre isto ter a certeza daquilo que tem para deliberar.”-----

**O Membro da Assembleia Municipal Eng. Pedro Barata – PSD** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Na sequência desta intervenção do companheiro Vasco Cunha, queria aqui, também, dizer aqui duas ou três notas. Primeiro, o Sr. Salgueiro quis aqui abrir o livro, apenas não o disse porque provavelmente não sabe bem porque é escolheu aquela entidade bancária, mas de resto quis aqui abrir o livro. Mas o Sr. Presidente não quer abrir o livro. Não responde, baseado nos valores dos anos anteriores e neste aumento significativo, não responde se são regularização de dívidas, não responde se é para pagar coisas do passado, não responde se estas verbas incluem algumas obras diferentes como Centros de Dia ou outras coisas conforme questioneei, não respondeu.-----

A seguir perguntando se queria partilhar com a Assembleia o porquê da verba de despesa ser significativamente inferior ao capital, também não quer partilhar, não quer falar se é para depois mais tarde apresentar a dizer quais são as despesas correntes da Câmara, etc. -----

Também registei o facto de a velocidade que utilizou para avançar com estes protocolos sem dar



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhecimento a esta Assembleia contrasta de forma significativa com a lentidão em ceder as competências do Centro de Convívio à Junta de Freguesia do Cartaxo. Para umas coisas é muito rápido mas para outras não. -----

A outra coisa que lhe queria também dizer, é que confessou há pouco que este processo e estas verbas que já estão desde há muito a ser trabalhadas, deve ter sido um processo longo. O que quer dizer que já poderia ter apresentado isto à Assembleia muito mais cedo, mas a sua consideração continua em alta. -----

Por final queria-lhe só dizer mais uma coisa. Lembro-me de uma afirmação sua aqui há uns meses, em que dizia que era o Presidente de Câmara do Cartaxo com mais obra. Há outras referências que vão ficar, que é o Presidente de Câmara que mais antecipação de receita provocou nesta Câmara, e o Presidente que mais transfere despesa para que outros no futuro venham pagar. A sua filha vai pagar mais tarde.” -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

“ Espero que a minha filha não seja autarca com 20 anos. Nós não temos endividamento acima de 20 anos. Em termos de maturidade ela hoje tem 10 anos. Eu só espero que ela não seja autarca com 20 anos, pelo menos que se lhe dê mais 5 anos para entrar nesta vida que não é uma vida fácil. -----

Eu penso que respondi de uma forma muito objectiva em relação a todas as questões que foram colocadas. Em relação ao respeito por esta Assembleia que já foi focado aqui por diferentes vezes. Eu ainda sou do tempo em que os protocolos eram feitos e nem sequer vinham a esta Assembleia, nem sequer os Srs. deputados tinham conhecimento das suas competências, do que estava em causa. Aliás, eu recorro de que na altura, a Sra. Odete deve saber, o seu Excelentíssimo marido era secretário desta Assembleia. Ainda sou desse tempo. As coisas foram evoluindo, por isso é que eu digo que foram melhorando, foram sendo valorizadas e melhoradas dentro daquilo que é a legalização dos procedimentos e tudo isso. Isto é um facto. Hoje os protocolos vêm até mais cedo, e dentro do possível, e eu sou o primeiro a admitir que para o ano naturalmente que deve ser dado procedimento legal conforme foi aqui referido, de permitir que a própria Assembleia autorize, para que depois as Assembleias de Freguesia ratifiquem efectivamente as competências. Podendo no entanto os respectivos Executivos, Câmara e Assembleia, trabalharem logo desde Setembro do ano transacto. Para que as coisas corram bem e tudo corra pelo melhor. Não é isso que está em causa. -----

Aquilo que eu quero referir é o seguinte. A natureza da operação não tem nada a ver com o facto de haver rubricas de capital e rubricas de correntes. A operação que estivemos a falar, de cedência de créditos não têm nada a ver com esta valorização das receitas de capital em detrimento das receitas correntes. Uma coisa não tem a ver com outra.-----

Há aqui um aspecto importante. Não pode ser feito, e aliás todos os autarcas sabem isso, que não pode ser feita a passagem de receitas de capital para receitas correntes, o invés é permitido, mas



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

receitas de capital para receitas correntes não é permitido. Mas os sistemas contabilísticos que existem hoje nas diferentes autarquias, já permitem perfeitamente considerar como despesa de capital determinado tipo de despesa, aliás basta aprofundarmos a contabilidade analítica seja nas freguesias seja nos próprios Executivos de Câmara, que já existe a possibilidade de fundamentar, até mesmo em recursos humanos, determinada despesa como sendo despesa de capital. E para isso a receita de capital já permite o respectivo pagamento de despesa de capital. -----

Quero dizer com isto, que é perfeitamente exequível a qualquer um dos autarcas, de outra forma eles não aceitariam, eu no lugar deles não aceitaria. É perfeitamente exequível, perante os valores que foram traçados a qualquer um dos autarcas que estão aqui das 8 freguesias, gerir dentro da lei e fazer as operações necessárias, não só as orçamentais mas também operações de tesouraria, as operações de investimento necessárias, para concretizar as ambições. Este ano ainda é possível e têm muito dinheiro para isso. Aquilo que eu referi foi que para o ano não sabemos se continuamos a poder dar e a poder facultar essa descentralização de competências e esse pacote financeiro. Agora este ano é perfeitamente exequível. Aliás eu estou disponível para despir a minha capa de político, colocar a minha capa de técnico, e ajudo cada um dos Presidentes de Junta com a minha equipa, os juristas mais os técnicos da área financeira, para fazermos essas alterações. Eles não precisam, aliás grande parte deles já sabem fazê-lo. Mas estamos cá juntos como sempre fizemos para o fazer, sem qualquer problema legal.-----

Engº Pedro Barata, o Centro de Convívio não podíamos já, pois estamos a falar de uma matéria muito sensível, estamos a falar dos nossos idosos. Há pessoas a trabalhar ali que são da Câmara, que tínhamos de ver muito bem como é que íamos fazer a cedência de pessoal dessa natureza. Há determinadas dinâmicas que estão criadas e que têm de se prolongar no tempo e que têm de ser estudadas. Por mais competente que seja o Sr. Salgueiro e a sua equipa, nós não podemos agarrar numa competência e passá-la. Não estamos a falar de batatas, estamos a falar de pessoas.----- Assim como as refeições escolares. Naturalmente com uma dimensão de 600 pessoas, não podemos fazê-lo de qualquer forma. E foi isto que eu quis dizer há pouco ao Sr. Salgueiro, quando eu referi a questão do FFF, foi no nosso critério definido assim, porque foi possível.”-----

**O Membro da Assembleia Municipal Sr. Manuel Salgueiro – PS**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

Mas tenho a consciência que numa das reuniões em que estiveram a técnica e o jurista e sei lá quem mais, qual era a possibilidade de transferir determinada verba da parte de capital para as correntes, para fazer face a esse encargo que tínhamos com os vencimentos, Segurança Social, etc. O que foi que me responderam? Até houve uma encenação engraçada em que o Sr. Presidente voltava-se para a Dra. Célia e dizia: Eu sou da Assembleia de Freguesia, diga-me como é que eu posso fazer para fazer face a esta situação? E ela dizia: Pode fazer um ajuste directo. ----- Um ajuste directo? Então se nós temos lá uma pessoa o ano inteiro a trabalhar, temos o nosso equipamento, como é que vamos fazer o ajuste directo. Temos de fazer alguma empreitada, isto é



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma realidade. Não havia hipótese. Há aqui um efeito para pagamentos de pessoal, eu não sei se isso é possível, que por acaso pedi à ANAFRE que me dissesse algo sobre isto, se havia possibilidade de nós transferirmos”.-----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu tenho de esclarecer que uma vez que o BE me entregou uma declaração a dizer que vai estar ausente da votação, não pode participar na discussão, porque nem vota contra, nem vota a favor, nem se abstém.”-----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª Odete Cosme – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

“A única coisa que eu tenho a dizer ao Sr. Presidente, é que não percebo porque é que o nome de José Nicolau que era técnico da Câmara é para aqui chamado. Ele não votava nem apresentava protocolos. Os erros dos outros não servem para justificar os nossos”.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu não falei em erros, eu falei em melhorias. Eu disse que melhorámos, não falei em erros”.-----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Relativamente às verbas que dizem respeito às refeições escolares. Elas estão incluídas nestes protocolos ou serão feitas a um protocolo adicional?”-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Incluídas. Todas.”-----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Mais intervenções? Não havendo mais intervenções, passa-se à votação. Os protocolos serão votados um a um. Têm que ser votados um a um porque as verbas são diferentes, eles são distintos. Discutimos na globalidade, mas votamos um a um. Não são todos iguais em termos de verbas.”-----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Sr.ª Presidente, só para simplificar. Nós sabemos que há pelo menos da parte do BE a intenção de não votar nos protocolos. O melhor seria perguntar à Assembleia se há alguém que tem um sentido de voto diferente em algum protocolo em particular, se não houver nenhum sentido de voto diferente, toda a gente de uma vez só fica com o problema resolvido. Escusamos de estar aqui a repetir 8 votações”.-----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Não se põe a questão de ser mais rápido, mas sim a da legalidade do processo.”-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Posso só dar um dica? Eu percebo perfeitamente aquilo que a Sra. Presidente da Assembleia está



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a referir, e ela tem razão no que refere. Juntando no entanto com a forma pragmática como foi apresentado, parece-me que se vier definido de forma objectiva que em relação a cada protocolo foram assumidas determinado tipo de competências, porque é aí que elas são diferentes, assim como diferem nos respectivos montantes, se vier definido assim, a deliberação pode ser feita conforme foi referido, a menos que exista algum que destoe de todos os outros. Agora é importante que venha referido que a nível protocolar há um nível de descentralização de competências diferente, assim como do respectivo pacote financeiro. Eu penso que foi isso que a Sra. Presidente queria referir que é o caso”. -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

“Portanto poderá vir na acta que... “ -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Sra. Presidente, perdoe-me estar a interrompê-la. Nós vamos ter algures lá para meados do ano os protocolos das colectividades. Eu acho que não passa pela cabeça de ninguém que os protocolos das colectividades são todos diferentes de colectividade para colectividade. Que não passa pela ideia de ninguém que vamos estar aqui a fazer 60 ou 70 votações para cada uma das colectividades. Bom, mas se for este o caso cá estou”. -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Bernardo Pereira – PS**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Se ninguém tem nada a obstar a cada destes protocolos, a formulação em termos de acta que depois vai ser feita da votação deles. Isto é, imagine que nós estávamos aqui a autorizar a Câmara, eu disse isto há pouco mas ninguém percebeu, autorizávamos o quê? Estávamos a autorizar que a Câmara fizesse protocolos. E depois as Juntas de Freguesia haviam de fazer a sua ratificação. Se ninguém se opõe, é uma questão de redacção da acta, quer em relação ao conteúdo quer em relação às verbas. A votação um a um não vai acrescentar nem tirar. Mas se ninguém se opõe estamos a fazer o quê?” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Ninguém se opõe a que se votem os protocolos em bloco. Ninguém se opõe a nenhum dos protocolos? Alguém tem um sentido de voto contrário nalgum dos protocolos? Ninguém. Então passamos á votação dos protocolos”. -----

Não havendo mais intervenções a Sr.ª Presidente pôs à votação a proposta do PSD.

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, ratificar o Protocolo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia da Ereira, com 18 votos a favor, 17 do grupo do PS, 1 do Grupo do PSD e 6 abstenções do grupo do PSD.** -----

O grupo do BE e o grupo da CDU não participaram na votação. -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, ratificar o Protocolo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia da Lapa, com 18 votos a favor, 17 do grupo do PS, 1 do**



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Grupo do PSD e 6 abstenções do grupo do PSD.** -----

O grupo do BE e o grupo da CDU não participaram na votação. -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, ratificar o Protocolo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Pontével, com 18 votos a favor, 17 do grupo do PS, 1 do Grupo do PSD e 6 abstenções do grupo do PSD.** -----

O grupo do BE e o grupo da CDU não participaram na votação. -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, ratificar o Protocolo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Vila Chã de Ourique, com 18 votos a favor, 17 do grupo do PS, 1 do Grupo do PSD e 6 abstenções do grupo do PSD.** -----

O grupo do BE e o grupo da CDU não participaram na votação. -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, ratificar o Protocolo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Valada, com 18 votos a favor, 17 do grupo do PS, 1 do Grupo do PSD e 6 abstenções do grupo do PSD.** -----

O grupo do BE e o grupo da CDU não participaram na votação. -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, ratificar o Protocolo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Vale da Pinta, com 18 votos a favor, 17 do grupo do PS, 1 do Grupo do PSD e 6 abstenções do grupo do PSD.** -----

O grupo do BE e o grupo da CDU não participaram na votação. -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, ratificar o Protocolo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Vale da Pedra, com 18 votos a favor, 17 do grupo do PS, 1 do Grupo do PSD e 6 abstenções do grupo do PSD.** -----

O grupo do BE e o grupo da CDU não participaram na votação. -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, ratificar o Protocolo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia do Cartaxo, com 18 votos a favor, 17 do grupo do PS, 1 do Grupo do PSD e 6 abstenções do grupo do PSD.** -----

O grupo do BE e o grupo da CDU não participaram na votação. -----

**O Membro da Assembleia Municipal Sr. Manuel Salgueiro – PS, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:** -----

“Eu vou ler uma declaração de voto.” (anexo 9) -----

**10. ValleyPark – Parque de Negócios, S.A. – Aumento de Capital.**

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:** -----

“Passamos ao ponto 10 da Ordem de Trabalho.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:** -----

“O nosso sentido de voto resulta sobretudo de dúvida relativamente ao impacto que estes protocolos podem ter mais tarde no município.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:** -----



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Não havendo mais declarações de voto, passamos ao ponto 10: ValleyPark - Parque de Negócios, S.A, - aumento de capital social. -----

Passo talvez a palavra ao Sr. Presidente.” -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“O município do Cartaxo não pode fazer suprimentos nem prestações acessórias de capital, como tal havendo necessidade na ValleyPark para fazer face a um conjunto de custos, nomeadamente, a estudos e desenvolvimento de projectos. Como se sabe o plano de pormenor já está aprovado, mas está condicionado por determinado tipo de pareceres de determinadas entidades. Tal como os parceiros, naquilo que é a sua proporção de capital fizeram suprimentos e prestações acessórias de capital, aquilo que acontece é que o município do Cartaxo deve agora aprovar este aumento de capital. Por isso desde o período em que esta necessidade de capital se verifique até o ressarcimento dos diferentes sócios da ValleyPark SA, vai acontecer que nós teremos um ligeiro aumento da nossa proporção de capital, mas que voltará aos exactos 15% que nós tínhamos anteriormente assim que fomos ressarcidos conjuntamente com os restantes accionistas. É isto em síntese que vai acontecer, ou seja, não perdemos nem ganhamos direitos acrescidos na sociedade, a razão é a necessidade financeira para fazer face a determinado tipo de despesas, e aquilo que se mantém para o município do Cartaxo é a necessidade de garantir a viabilização do plano de pormenor e da concretização daquela área empresarial que tão necessária é para a instalação de empresas. Neste momento encontra-se em conferência final de serviços, eu penso que há condições para durante o primeiro trimestre, ou seja até Março, vamos ter em finais de Fevereiro a última conferência de serviços com as diferentes entidades. Temos o plano de pormenor totalmente aprovado, devidamente publicado em Diário da República, após o qual será processamento com a candidatura que foi feita no INA Alentejo reestruturação daquela zona empresarial”.-----

**O Membro da Assembleia Dr. Pedro Mendonça – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“O BE considera que face à participação que a Câmara tem nesta empresa, deveriam ser facultados aos deputados municipais o relatório de contas, o relatório anual, e o relatório semestral”. -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Vamos facultar. Nós já solicitámos ao ValleyPark.”-----

**O Membro da Assembleia Dr. Pedro Mendonça – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

“Mas porque é que não temos já esses dados para podermos melhor decidir? Aquilo que nós consideramos é que não temos elementos suficientes e que deveríamos ter, não só porque gostávamos de ter mas, também, porque é de lei, e o Sr. Presidente hoje já disse tanta vez que quer cumprir a lei. Ficaremos a aguardar. -----

Já agora aproveitando esta onda de cumprimento de lei para, também, nós podermos ter uma



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

análise mais detalhada, o BE vai solicitar por escrito através da Mesa de Assembleia para ter depois acesso, dentro do que a lei prevê e assim que for possível, a todo o processo financeiro relativo aos pontos que voluntariamente não participámos na discussão.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Mais intervenções?”-----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Ainda o ValleyPark. Recordo que tinha a intenção de incorporar, também, a Câmara Municipal de Santarém neste projecto. Gostava de saber qual foi a evolução que houve relativamente a isto por parte da Câmara Municipal de Santarém. Até porque se bem me recordo aquilo que tinha ficado na altura definido creio que na discussão sobre os estatutos da empresa, era que eventualmente a Câmara do Cartaxo abriria mão de uma parte do capital social para a Câmara Municipal de Santarém, e que mesmo ao nível depois da administração da empresa, o município do Cartaxo creio que neste momento tem dois administradores, cedia um também à Câmara Municipal de Santarém. -----

Havia, ainda, em relação às parcelas de terreno, creio que 4 parcelas, sendo que a segunda ou terceira estavam dentro do território do município de Santarém, e que seria um segundo ou terceiro a ser ocupado à medida que se fosse instalando as empresas. Queria saber qual o ponto de situação em que isto se encontra, advertindo desde já que a nossa posição é a abstenção.” -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

“De forma assim muito breve. Está ainda em estudo parte da Câmara de Santarém essa cedência de capital. Houve numa determinada fase do processo a anuência, no entanto não foi devidamente formalizada, não foi concretizada até ao fim, mas está em estudo essa participação em metade da nossa posição, ou seja, assumirem 7.5% dos 15% que a parte pública detém. -----

Efectivamente em termos de zonas, existe uma zona do lado de Santarém, cerca de 36 hectares úteis, zona essa que não tem ainda qualquer tratamento do ponto de vista da perspectiva de ordenamento. -----

Ou seja, está a coincidir com aquilo que tinha sido delineado no início. Nós vamos ter dois planos de pormenor separados, conforme já foi devidamente apresentado em Câmara do lado do Cartaxo, que já estão a decorrer: um na sua fase final conforme referi à pouco, o outro na sua fase inicial, mas também já está a ser preparado abrangendo as duas zonas do lado do Cartaxo. A zona de Santarém será posteriormente industrializada, digamos assim, será posteriormente concretizada. ---

Ou seja, mantêm-se as perspectivas de execução daquela área empresarial da forma com estava inicialmente pensado. Havia também um outro aspecto em termos de concretização no terreno. Da parte do Cartaxo ficará não só a sede da empresa, como também o centro-vila, ou seja, todas as áreas que são necessárias para este tipo de áreas empresariais modernas, áreas de localização empresarial, áreas de restauração, áreas de hotelaria, áreas de negócios, serviços, tipo de apoios,



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

centros de dia, creches, todo o tipo de formulação centro-vila característico deste tipo de zonas, assim como também ficará do lado do município do Cartaxo uma área de logística, uma área para componente de indústrias de área tecnológica. Porquê? Porque também vamos ter o parque de ciência e tecnologia, que fui a tal candidatura que fui apresentada no INA Alentejo. -----

Ou seja foi uma decisão do ValleyPark, desde o início foi um compromisso que foi honrado pelos parceiros, neste caso pelos restantes elementos accionistas, que o Município de Cartaxo poderia ficar com estas zonas, com esta polivalência de áreas para servir indústria e ,também, de desenvolvimento tecnológico, ficando a componente posterior da área de Santarém com uma componente de indústria propriamente dita só em termos de logística.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Mais intervenções? Não havendo mais intervenções, passa-se à votação”-----

Não havendo mais intervenções a Sr.ª Presidente pôs à votação a proposta do PSD. -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o aumento de capital social do ValleyPark – Parque de Negócios, S.A., com 17 votos a favor do grupo do PS, 2 votos contra do grupo do BE e 9 abstenções, 3 do grupo da CDU e 6 do grupo do PSD.** -----

**11. Concurso público para a concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais do Cartaxo – Adjudicação definitiva.**

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Passamos ao ponto 11: Concurso público para a concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais do Cartaxo - Adjudicação definitiva. Intervenções?” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Sr. Carlos Mota – CDU**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Sobre este ponto é conhecida a posição da CDU, principalmente através das intervenções do nosso vereador nas reuniões de Executivo. No entanto, e antes de me pronunciar sobre a nossa posição, que é óbvia, vou fazer um esclarecimento prévio e depois de abordar o ponto, dois esclarecimentos adicionais. De forma sintética como é timbre da CDU. -----

O esclarecimento prévio é o seguinte e porque há várias declarações contrárias a isto que eu vou dizer, eu sinto-me na necessidade de fazer este esclarecimento prévio. A posição quanto a esta adjudicação da CDU não é motivada nem por razões ortodoxas nem por razões de birra. Não é por birra que nós somos contra, nem por qualquer tipo de ortodoxia. -----

Não está fora de questão que a privatização virtual e futura de um ou outro serviço com o qual concordamos. Mas somos contra esta adjudicação. E somos porquê? Porque a argumentação apresentada não nos convence. Porque se trata de um bem vital. Vital para população, e até mesmo em termos de segurança é de vital importância. Vejo ali uma expressão de alguma estranheza da parte do Sr. Vice-Presidente, penso que formação militar que ele tem deve



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reconhecer alguma ambiguidade naquilo que estou a dizer.-----

O Sr. Presidente da Câmara em declarações públicas há cerca de uma semana através da Rádio Cartaxo, misturou aqui um assunto que é o do fornecimento da água pela EPAL. Ora uma coisa não tem nada a ver com a outra. O acordo com a EPAL já foi assinado há dois ou três anos, foi assinado pelo Eng.º Rui Godinho, que por acaso tenho o prazer de conhecer pessoalmente, e o facto da água ser fornecida pela EPAL, e ao contrário do que foi afirmado em comunicado em período eleitoral, a CDU sempre apoiou esta decisão, e inclusivamente contribuiu decisivamente para a argumentação a favor com elementos de ordem técnica que o nosso vereador apresentou em reunião de Executivo. Nós sempre fomos a favor da contratação do fornecimento da água pela EPAL. Entendemos é que nem a adjudicação da distribuição da água depende deste acordo, e vice-versa. O facto deste aspecto vir à liça até dar a sensação que há um certo reconhecimento da pobreza da argumentação em defesa desta adjudicação para se ir buscar algo que não tem que ver com a distribuição. -----

Nós sempre concordámos com o fornecimento da água pela EPAL, não só por questões de qualidade, mas também porque há uma reserva dos nossos lençóis freáticos. -----

Eu referi aqui que em período eleitoral foi dito e escrito que a oposição tinha votado contra este acordo com a EPAL. Acontece que, como eu já disse, eu não sei, os outros partidos falarão por si, no caso da CDU isso não é verdade, e portanto este esclarecimento tem de ficar feito porque de facto essa afirmação entendida em período eleitoral com uma certa leveza, mas não corresponde à verdade.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Eng. Luísa Pato – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Queria começar por colocar uma questão, solicitando desde já independentemente da resposta que nos seja dada nesta Assembleia, que a resposta nos seja fornecida sobre a forma escrita e nos prazos legais, que é a seguinte: Porque é que o concorrente classificado em primeiro lugar desapareceu deste processo? Independentemente desta questão, avançamos para análise deste documento. -----

Compreendemos que o critério de tarifamento tenha a contracção mais alta nos critérios de adjudicação, no entanto, parece-nos que o maior equilíbrio nessa ponderação teria sido mais razoável, salvaguardando assim aspectos que são importantes como a qualidade e a garantia, segurança da solução, solidez da estrutura financeira contratual, qualidade de actuação do plano de investimento. -----

A empresa classificada em segundo lugar e, que estamos agora a analisar, tem no processo de classificação nove notas de fraco e oito de suficiente. Mas o critério B4, os procedimentos adoptados para as operações de leitura, facturação e cobrança a concorrente propõe sete modalidades de pagamento e salienta-nos como positivo o facto de a concorrente considerar na sua proposta o faseamento de dívidas, os consumidores elegíveis como carenciados, embora



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desconheçamos os procedimentos legais como uma empresa classificará esses consumidores. -----  
No sub-critério B5 os procedimentos de fiscalização e acompanhamento técnico de obras, as relações entre o concedente e a concessionária, a contagem entre a informação, divulgação e a repórter são referidas de forma muito superficial, o que leva à possibilidade de a concessionária se debater com o problema e o acompanhamento difícil e, portanto a concessionária, não concessionário mas concedente, por debater com o acompanhamento difícil, portanto não remete para o Município. -----

No sub-critério B8, o pessoal técnico e de enquadramento operacional, a concorrente propõe uma estrutura de 24 funcionários mas, apenas 18 garantidos a 100%. Mais preocupante é que o número de trabalhadores passíveis de integrarem a empresa, importante neste momento fazerem parte da Câmara Municipal são 39, perguntamos qual o futuro dos outros funcionários. -----

No sub-critério B9, a capacidade de resposta em caso de emergência, a concorrente apenas superficialmente apresenta planos de contingência e refere-se aos meios técnicos a disponibilizar, ainda que grande parte dos mesmos estejam em Espanha e por isso sejam pouco operacionais, acrescentamos nós, de pouquíssima operacionalidade. -----

No sub-critério B10, descrição de meios técnicos e a sua adaptação com o plano de investimento, a concorrente os meios de apoio estão em Espanha e da Lena Ambiente, a maioria deles de difícil operacionalidade. -----

No sub-critério D4, benfeitorias nas infra-estruturas, equipamentos e instalações existentes ou a construir pela concessionária, o nível das referidas benfeitorias é reduzido. O que nos afigura possível que ao fim de um determinado período a conceder, não exista o necessário para que as infra-estruturas tenham um funcionamento a 100% ou que no final da concessão o Município praticamente que refazer os seus sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais quase na sua totalidade.-----

Concluindo num tema de importância fundamental para o Município como é a concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais, o PSD não pode votar favoravelmente a escolha de uma empresa que: 1) Responde de forma neutra ao pedido do processo de concurso normas aplicadas e padrões usuais e, de forma genérica corresponde às expectativas do concedente aquando do lançamento do concurso; 2) apresenta soluções com lacunas em relação ao pedido no processo de concurso normas aplicadas e padrões, ficando aquém das expectativas do concedente. -----

Sendo estas as definições aplicadas à classificação de suficiente e fraco, o único das classificações obtidas pela empresa ganhadora, definidas no concurso público pela Câmara Municipal e recorrendo à definição das definições acima mencionadas, o PSD exigiria para o Cartaxo uma empresa cuja proposta ultrapassasse claramente e com excelência o solicitado no processo de concurso as normas aplicáveis e os padrões usuais, superando claramente as melhores expectativas do concelho." -----



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**O Membro da Assembleia Dr. Pedro Mendonça – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“ Vou proceder à leitura na declaração de voto do BE” . (anexo 10)-----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Mais intervenções?” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu dei-me ao trabalho de ler esta documentação toda, e se havia uma expectativa que tinha e que ainda tenho neste momento, era de chegar à Assembleia Municipal e saber qual é preço que vai ser praticado neste bem essencial que é a água em 2010 ou 2011. -----

Se alguém me conseguisse informar num só escalão, numa só componente, qual é o preço da água que vai ser praticado logo após a concessão ou para 2011, já ficava satisfeito. Todos estes documentos que aqui estão e depois que a Eng.ª Luísa Pato já aqui fez, faltava-me ter esta resposta e não a consigo ter.” -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

“Eu acho que na política e também em democracia também faz parte humildade. E posso dizer-vos o seguinte, eu vou fazer uma intervenção mais política, e depois pedirei e agradeço desde já a presença ao Prof. Rui Marques que tem estado connosco neste processo, que é professor catedrático no Instituto Superior Técnico, tem acompanhado a complexidade deste processo em termos de tudo aquilo que diz respeito ao modelo que foi escolhido, para fazer a componente de intervenção mais técnica.-----

Foi com muita humildade, sacrifício e empenho e esforço que ao longo destes anos optámos por um modelo. E eu recordo-me que, à excepção da CDU, de uma forma mais ou menos doutrinária, agora pode ser que neste final de processo não se assuma tanto doutrinária. Mas o BE nesta matéria, eu no lugar deles estaria provavelmente em silêncio, até porque no mandato passado o BE diria que era impossível chegarmos ao dia de hoje, nem sequer ao dia de hoje, era impossível haver sequer candidatos a concorrerem às condições que tinham sido apresentadas, porque achava que essas condições eram muito boas, a satisfação das mesmas era demasiado elevada, uma expectativa demasiado grande, para garantir o que era a concretização deste modelo.-----

Foi com humildade, com empenho e com esforço que este Executivo foi desenvolvendo o processo e um processo estudado, que exigiu opções, que foi sairmos das águas do Ribatejo. Essas opções foram aliás aprovadas ratificadas, eu recordo-me que na altura o próprio PSD aprovou esse caminho, porque entendia que era um caminho certo, justo, um caminho possível e bom para os nossos munícipes. E balizámo-nos sempre por diferentes critérios, designadamente cinco variáveis estiveram sempre presentes.-----

A primeira foi o modelo da EPAL. O modelo da EPAL é abastecimento em alta, previamente acordado mas que seria assumido sempre pela concessionária. Este modelo tem dois braços, tem



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a satisfação do abastecimento em alta, e tem depois também a concretização de sustentabilidade do sistema ao longo de 30 / 35 anos, neste caso em concreto 35 anos. Isso foi salvaguardado. Conseguimos efectivamente negociar uma excelente tarifa para abastecimento 0.3875 durante as três décadas e assumir que não temos furos, não nos balizamos apenas pelos lençóis freáticos, porque não sabemos o que pode acontecer ao longo de várias décadas, mas temos o modelo da EPAL para garantir pela albufeira de Castelo de Bode com relativo pouco investimento ou devidamente suportado por fundos comunitários.-----

E as outras quatro variáveis foram sempre eixos fundamentais e assumidos por nós. Investimentos, que de outra forma não conseguíamos no valor de 15 milhões de euros, e que não tínhamos condições de os fazer no período em que vão ser feitos. E por outro lado foi sempre assumido investimentos que garantam o seu reinvestimento, ou seja, não são só os 15 milhões mas mais 5 milhões de euros que estão nesta proposta para salvaguardar a respectiva reposição. Aliás nós temos de pensar no seguinte, quem vai explorar isto é um privado, então um privado não vai querer que as condutas não funcionem, não vai querer que as reservas e os abastecimentos não existam, porque se isso não funcionar ele também não tira rendimento, e sobretudo na altura em que ele pode estar a tirar a maior rentabilidade possível. Por isso ele vai ter de fazer efectivamente durante o período da concessão as renovações que forem necessárias, todas e mais algumas. Assim como vai lutar para que não existam perdas. Ao contrário do que foi dito, as perdas existem hoje. O privado vai garantir que não exista ou não irá existir a mínima perda, porque senão ele também está a perder a sua rentabilidade, a sustentabilidade do sistema. -----

A componente dos trabalhadores que foi sempre salvaguardada, está também garantida no contrato que está presente, bem como, a questão da valorização do património. Eu recorde aqui que havia quase que uma comunhão, PS / PSD estavam nesta matéria muito alinhados numa determinada posição. O que é certo é que se nos mantivéssemos nas Águas do Ribatejo, nós tínhamos direito a menos de 1 milhão de euros de dividendos de uma empresa inter-municipal que na altura se pensava em ser privatizada, agora não está a ser privatizada, mas no futuro não se sabe como é que vai ser. -----

E aqui, já agora alerto o BE que a Sra. Presidente da Câmara de Salvaterra de Magos, vossa ilustre representante, tem visão precisamente ao contrário daquela que vocês têm, não sei se é ela um oásis no meio do deserto ou se são vocês que são um deserto no meio do oásis. Mas uma coisa é certa, ela está a seguir um caminho que é o caminho que ela entende como o melhor para os seus municípios, não sei onde vai dar, mas seguiu esse caminho.-----

Um para vinte e três milhões é valorização da renda. Isto agora, hoje é bonito dizer que este dinheiro vai ser utilizado para sanear financeiramente a Câmara. Não. Este dinheiro apareceu como parte integrante do modelo das cinco variáveis e foi tomado como decisão de uma concessão municipal "ex quo" colocado lado a lado com o modelo do sistema inter-municipal que as Águas do Ribatejo têm, com o modelo multi-municipal que a Azambuja tem e que depois concessionou agora,



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com o modelo de concessão inter-municipal que foi também testado e de todos os modelos que foram apresentados, este foi o que melhor satisfaz os cinco critérios e a sustentabilidade, e a garantia que os munícipes do nosso concelho eram melhores servidos. E esta é realidade, por isso eu penso que fazia sentido hoje com humildade reconhecer que conseguimos lá chegar, conquistámos uma posição que alguns diziam que era impossível de concretizar. Porque efectivamente temos a EPAL, temos; temos uma tarifa que é das mais baixas da região. Efectivamente eu não vou entrar por aí, mas o professor terá a oportunidade de explicar o como e o porquê quer no abastecimento de água ou a questão do saneamento básico. -----

Conseguimos os investimentos necessários que de outra forma nunca seriam feitos; conseguimos a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores; e conseguimos a valorização do nosso património sem ceder a propriedade do mesmo, ou seja, cedemos a gestão e a exploração, mas mantemos a propriedade do património, podendo de sete em sete anos reavaliar essa mesma cedência da gestão. -----

Resumindo e concluindo, eu penso que o que nós temos aqui hoje, ao contrário do que foi já para aí dito que era um dia muito triste para o Município, eu penso que hoje é um dia de visão para o Município. Porque de outra forma não conseguíamos nem investimentos, nem tínhamos uma tarifa sustentável, nem tínhamos a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, já agora só para referir que são 43, por isso a diferença dos 39 para os 43 é facilmente justificável nas múltiplas opções que eles têm, ou mantendo-se na Câmara ou indo para a empresa, ou mantendo-se com o sistema público e indo para a empresa, essa pequena diferença que existem é facilmente justificável. -----

Ou seja, neste momento, deixem-me dizer-vos, ainda bem que chegámos aqui, ainda bem que conseguimos chegar a acordo. É fácil de perceber, do primeiro para o segundo não conseguimos chegar a acordo, é um facto. Não chegámos a acordo, se calhar ainda bem até porque a tarifa do outro era bem mais elevada. Podemos ter perdido alguma coisa em determinada qualidade, mas vamos estar atentos, em termos de investimento. Mas a tarifa do outro era bem mais elevada, basta compararmos 1.59 euros por m<sup>3</sup> com 1.90 euros à partida. -----

Agora não chegámos a acordo porque a posição do mercado se alterou. Houve uma evolução no tempo e efectivamente a empresa não sustentou essa posição de risco conjuntamente com aquilo que nós pretendíamos. Queria alterar um conjunto de cláusulas, nomeadamente em termos do equilíbrio económico e financeiro, em termos de algumas variáveis que estão aqui presentes, que nós Município na defesa do interesse público entendemos que deveríamos salvaguardar e que deveríamos manter como cláusulas fundamentais para o bem-estar dos munícipes. Só por isso é que se explica a passagem do primeiro para o segundo.-----

Eu pedia agora ao professor Rui Marques, assim de uma forma sintética, talvez em esclarecimento de algumas das dúvidas que foram apresentadas. Ele tem acompanhado conjuntamente com o apoio do Dr. Rosado na área jurídica. O professor Rui Marques tem trabalhado esta difícil tarefa complexa em termos técnicos. Mas dizemos o seguinte, foi feito o melhor num tempo que foi



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

excessivo, porque efectivamente demorou muito tempo a conseguirmos lá chegar, mas penso que conseguimos chegar a um bom resultado. Só quero que isto rapidamente se concretize no terreno, para vermos investimentos, para termos uma parte do dinheiro do lado de cá, para continuarmos a receber receitas sustentáveis ao longo dos próximos anos, e continuarmos a ter a qualidade da água e do abastecimento e, também, da salvaguarda do saneamento das águas residuais nos próximos 35 anos. Ainda bem que se tomou esta opção, eu não tenho dúvida alguma. Não só comparativamente às Águas do Ribatejo, como comparativamente a alguns sistemas que neste momento são sustentáveis. -----

Dr. Pedro Mendonça deixe-me transmitir-lhe o seguinte, aproveitando a minha experiência bancária, aquilo que referiu há pouco de alguns municípios que estão a fazer a passagem após 20 anos de um sistema de privatização para um sistema novamente municipal, deixe-me dizer-lhe que não aconteceu nunca tal circunstância em municípios da nossa dimensão, isso foi também estudado. Ou seja, o que está a acontecer é em sistemas inter-municipais com dimensão significativa, a perspectiva capacitação do sistema para gerar receitas para fazer face à despesa que tem. Agora nunca um município como o nosso. Dê-me um exemplo de um município sozinho que na Europa tenha feito a privatização e que tenha passado depois para o sistema novamente público, e que pelo meio tenha conseguido fazer provavelmente os investimentos que nós vamos fazer, e mantido a tarifa tal como nós vamos manter, e garantir a renda tal como nós vamos garantir. Se conseguir juntar todas essas peças em simultâneo mais o modelo da EPAL, que é um bom modelo conforme a CDU referiu, eu digo-lhe uma coisa, dou-lhe os meus parabéns. Tem que me dar esse exemplo porque pode ser que daqui a uns anos se tivermos de mudar de sistema, Deus queira que não, talvez possamos seguir esse excelente exemplo.”-----

**O Prof. Rui Marques do Instituto Superior Técnico**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Acompanhei o processo praticamente desde o início, e são processos sempre difíceis em todo o lado, não só foi no Cartaxo como foi nos outros municípios no país que optaram por esta via, e como é praticamente em todo o mundo. Sobretudo estamos a fazer investimentos de grande dimensão em projectos de longo prazo que temos de naturalmente antecipar e não é fácil. Gostava de dizer que no concurso a concorrência funcionou, concorreram vários candidatos. A avaliação é feita de uma perspectiva multi - critério. Isso significa que há vários critérios que são avaliados, e que uns compensam-se aos outros. Isto significa que normalmente o vencedor não tem que ser o melhor em todos os critérios. É na globalidade o melhor concorrente, mas que terá critérios que serão mais bem pontuados e outros critérios que serão menos pontuados. Foi a situação que aconteceu com o consórcio que é agora adjudicatário, em que teria alguns critérios em que não era tão bem pontuado ou era mediantemente pontuado, mas que teria outros em que era muito bem pontuado ,nomeadamente, os critérios de natureza económico-financeira. E portanto uns compensam os outros, e na classificação ficaram em segundo lugar e são neste momento a



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empresa adjudicatária.-----

Relativamente à qualidade de serviço, essa questão não se coloca porque são sectores regulados, são sectores que são cuidadosamente supervisionados por uma entidade reguladora que viu até há pouco tempo reforçados os seus poderes. E portanto a qualidade de serviço, eu penso que a qualidade não se negocia, a qualidade impõe-se. Qualidade de segurança como estamos falar de um serviço de interesse geral, num serviço público ela não deve ser negociada e portanto deve ser imposta. E é a situação que ocorre neste mesmo contrato. Todos aqueles princípios que eventualmente foram piores ponderados do ponto de vista da comparabilidade com outros concorrentes, estão acautelados não só pelo próprio contrato mas também pela própria entidade reguladora e pela lei geral. E portanto existe uma entidade reguladora que se chama IRAR e que agora se chama ARSAR, Actividade Reguladora de Serviço de Águas e Resíduos, que compara e calcula indicadores e monitoriza cuidadosamente ao longo do tempo o funcionamento dessas entidades. -----

Normalmente essas entidades até têm do ponto de vista da qualidade de serviço melhores resultados que as restantes em regime tradicional. E porquê? Porque são mais supervisionadas que as restantes. Se nós compararmos o futuro serviço de águas da concessão do Cartaxo com outro concelho que não seja concessionado, por exemplo Rio Maior ou outro concelho aqui à volta, a exigência que é requerida ao serviço do Cartaxo é muito superior aos outros serviços. E portanto nessa perspectiva, não julgo que existam problemas em termos futuros poder haver algum declínio do ponto de vista da qualidade que existe hoje e que existirá com certeza no futuro. -----

Também para dizer que relativamente à questão dos trabalhadores, de facto o número de funcionários proposto pela entidade adjudicatária é um número inferior ao que actualmente existe, mas a lei também nesse sentido garante que os trabalhadores têm a opção e se quiserem os 43 passarem para integralmente para a entidade concessionária assim o poderão fazer. -----

Outra questão que é importante realçar, e que muitas vezes é dito na praça pública de uma forma errada, não estamos a falar de uma privatização, estamos a falar de uma concessão, que em qualquer momento pode ser resgatado. Existe um anexo que está na minuta do contrato que vocês aqui têm, que prevê precisamente essa situação. Portanto daqui a 5 anos ou 10 anos, se houver a opção de quem cá estiver torná-la de gestão pública, pode-o fazer, e portanto não há nada de dramático nessa situação. Não estamos a privatizar, estamos a concessionar. Ao fim dos 35 anos regressa à gestão municipal se assim o entender, se entretanto daqui a 5, 10, 15 anos, se houver essa opção, isso pode-o ser feito da mesma forma. -----

Dizer que qualquer um destes processos teve sempre um parecer do regulador, e portanto independentemente da autonomia que o município tem, é sempre sujeito a um parecer do próprio regulador. Portanto o regulador vai-se pronunciar, como se pronunciou sobre o contrato, e pronunciou-se sobre um conjunto significativo de pequenas alterações, mas relativamente aquilo que é essencial manifestou-se até de uma forma relativamente positiva àquilo que é norma nestes



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

processos no nosso País e um pouco por todo o mundo.-----

Também não é verdade que existem sistemas que estejam em retrocesso para a gestão pública. Cada País tem as suas normas, há países que têm gestão pública e que são mais privados do que outros que têm a gestão privada, que é o caso da Holanda. Existem sistemas que voltaram ao público e sistemas que todos os dias vão a concurso e passam a privados. Portanto, não se pode generalizar. Da mesma forma que há sistemas privados bons, há sistemas privados maus, e da mesma forma que existem sistemas públicos bons, há sistemas públicos maus. Portanto, não podemos generalizar dessa forma.-----

É importante dizer que no seio da Europa, e falo isso por experiência profissional e académica, que Portugal tem uma situação muito privilegiada, porque é dos poucos países que têm uma entidade reguladora dedicada para o sector. O que não acontece em Espanha, em França, em outros países. Na Itália ocorre e no Reino Unido também, mas na maior parte dos países a nível europeu não têm regulação da participação do sector privado no mercado. Em Portugal isso ocorre, portanto eu não julgo que existam problemas de maior. -----

De realçar que o primeiro concorrente apresentava-se com melhor qualidade técnica, proponha-se a prestar uma melhor qualidade técnica e de serviço no abastecimento de águas e saneamento de águas residuais. Não quis manter as condições inicialmente propostas por uma questão de conjuntura de mercado, e por uma segunda questão que não foi referida que é importante realçar, que mudou de accionista. Portanto foi comprada, foi vendida, e o novo accionista tinha outro tipo de compromissos, tinha investimentos em outros países, e portanto não quis assumir o projecto. E não quis assumir precisamente porque o projecto é um projecto ambicioso, e é um projecto que ao confirmar-se aquilo que se espera, é um projecto que tudo angaria para ser um sucesso do ponto de vista daquilo que é pedido. -----

Não é normal pedirem-se três milhões de renda neste serviço. Conseguiu-se isso, demorou tempo, com grande poder de negociação e de discussão com as entidades intervenientes, salvaguardando a tarifa média o mais baixa possível, que se encontra já para 2010 ou 2011, é um anexo que está no próprio contrato, e que diz todos os escalões e os preços respectivos, sendo que esses preços têm que ser aprovados ou se forem alterados têm de ser pela Assembleia Municipal, sujeito ao parecer do regulador. Portanto não é uma questão que o concessionário lá pode chegar e agora vou mudar os preços, ou conjuntamente com a Câmara decidirem sozinhos, não o podem fazer. Portanto não é uma situação que seja fácil de executar e mudar, obriga a uma alteração de contrato, tem de ir a Assembleia Municipal, etc, portanto não é uma situação que seja exequível com facilidade. -----

E portanto, isso está garantido no contrato que vai ser respeitado. Isso é um dos anexos, que é o anexo referente ao sistema tarifário, em que tem os preços do ano em causa para 2010, e depois tem um outro anexo que tem uma fórmula de actualização de preços, que é uma taxa de inflação, que é uma fórmula como se utilizam nas obras, tem vários parâmetros, mas que reflecte 2 / 3%



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dependendo da taxa de inflação que ocorrer em cada ano. No meu ponto de vista não há grandes medos ou grandes problemas. Há sim que obviamente fazer a gestão do contrato de forma eficaz, há sim que respeitar ao máximo o que está estipulado no contrato, dum lado o concessionário terá que o fazer, mas também do lado concelho na perspectiva de haver uma fiscalização activa desse contrato. Está tudo previsto em termos de qualidade de serviços, das multas que podem ser aplicadas por pelo concedente. Portanto, não vejo quais serão os problemas que possam ocorrer, sobretudo tendo em consideração aquilo que se tem passado em outros conselhos, que o nível de exigência é muito menor do que aqui está a acontecer. Qualquer questão, estou completamente disponível para responder.”-----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

“Está inscrito o Sr. José Francisco.”-----

**O Membro da Assembleia Municipal Sr. José Francisco Fernandes – PS**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

“Quería aqui dirigir umas simples palavras aqui à Assembleia. E começava com as últimas palavras que o Sr. Presidente disse: " ainda bem que chegamos aqui". A minha consciência dizia-me para votar a favor. Depois de ouvir o Sr. Presidente da Câmara e depois de ouvir o Prof. Rui Marques. Eu queria fazer também um apelo aqui à oposição para votarem sim a este projecto para que no futuro não fiquem com marcas negras na consciência. E marcas negras porquê? É um projecto que nos vai trazer melhor qualidade de água, com garantia que vamos ter, como foi dito os nossos lençóis freáticos podem falhar, e de ter o Concelho todo com água como deve ser. Eu digo com toda a franqueza, nós não podemos olhar só para onde vivemos, nós temos de ter uma noção alargada do Concelho. Porque lamento que há muitas pessoas que discutem, discutem, mas simplesmente só conhecem o local onde vivem. Eu digo com toda a franqueza, a população do Cartaxo que hoje não tem água em quantidade nem da melhor qualidade, nunca vai perdoar a quem não votar este projecto. Desculpem lá, eu não vou responder a outras coisas, mas tinha que dizer estas palavras.”-----

**O Membro da Assembleia Dr. Pedro Mendonça – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu tenho aqui várias considerações a fazer e algumas respostas para dar ao Sr. Presidente e ao Sr. Professor. Eu nunca disse que nós queríamos estar sozinhos no mundo, portanto eu não tenho que arranjar um concelho igual ao nosso. Eu nunca disse aqui que o Cartaxo tinha de estar sozinho. O que eu disse, e que o Sr. Professor começando por desmentir acabou por concordar, foi que existem na Europa países e regiões que estão a regressar ao municipal, e isso é verdade. Porque as sociedades constroem-se de acordo com aquilo que as pessoas decidem. ----- E eu sei que o BE está a fazer este alerta mas, que o mesmo não vai para a frente, nós sabemos que não vamos ganhar. Nós não ficamos com marcas negras na consciência, acredite que não. Porque aquilo que nós fazemos é alertar para erros que nós consideramos. E vou dar-lhe um



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exemplo de porque é que não ficamos: o Sr. Presidente disse, não fez dez minutos, que se pode ter perdido alguma qualidade. Estamos a falar da água! Alguma qualidade! Mas ganhamos mais dinheiro. Oh Sr. Presidente isto faz toda a diferença. Alguma qualidade disse o Sr. Presidente, quando falando do primeiro para o segundo classificado. Pode-se ter perdido alguma qualidade. ----  
Oh Sr. Professor, eu acredito que o Sr. Professor acredite na regulação. Nós temos até há muito pouco tempo, até há dois anos e meio sensivelmente, tínhamos mais pessoas que, como o senhor, afirmavam que Portugal estava ótimo, que estava tudo bem, financeiramente e economicamente, íamos todos a caminhar bem. Há aqui qualquer coisa de estranho. Existe a regulação, a regulação funciona. E sim eu estou a falar do neo-liberalismo, estou a falar das falências dos bancos, estou a falar das crises que o Sr. Vice-Presidente não deve passar porque está com um sorriso na cara, mas há muitos portugueses que passam por esta crise Sr. Vice-Presidente, e esses sabem que a regulação não funcionou porque os políticos assim não o quiseram. E quando um Presidente da Câmara diz que podemos ter perdido alguma qualidade, eu não posso acreditar que este não é um dia muito triste na história da minha terra.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Eng. Luísa Pato – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Ao ouvir o Prof. Rui Marques fiquei com a ideia que estávamos aqui a discutir os dois pontos em conjunto, este e o seguinte. Portanto queria aproveitar a ocasião para esclarecer algumas dúvidas. Nomeadamente a questão da negociação, que já faz parte do ponto a seguir, mas se quisermos falar agora podemos falar. A alteração que houve aqui, e á parte de eu ter interpretado mal a minuta do contrato, os conselhos da entidade reguladora não estão todos reflectidos naquela minuta do contrato. Há aqui coisas que não fora reflectidas e portanto aí já ponho alguma questão se aquela minuta do contrato é para levar até ao fim, porque há lá coisas que não estão reflectidas. -----

A questão da renumeração, e acredito que se tenha chegado a um acordo razoável com a empresa no que toca as negociações, é verdade que a Câmara no início deste processo não estaria a pensar em gastar dinheiro a comprar terrenos para as futuras instalações quer de abastecimento de água quer de rede de saneamento. Nesta minuta de contrato a Câmara assume a compra desses terrenos. -----

A entidade reguladora propõe, também, outra coisa que é, no meu entender merece concordância, a criação de uma comissão de acompanhamento que seja composta não só pela Câmara Municipal. -----

O PSD, creio que não estou a dizer nenhum disparate político, não tem nada contra os serviços serem privatizados. Eu dou sempre o exemplo do arranjo dos jardins no concelho do Cartaxo, que está entregue a uma empresa privada, e não é por isso que eles estão melhores. Portanto a questão do privado e do público é aquilo que o Prof. Rui Marques disse, há privados que funcionam bem, há privados que funcionam mal, há entidades públicas que funcionam bem e há entidades públicas que funcionam mal. Portanto não é por aí. Creio que este serviço de concessão da água



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

merece da parte do Município do Cartaxo uma comissão de acompanhamento que não seja só composta por elementos políticos. Que seja composta por elementos também da sociedade civil. Acho que é importante que os Cartaxenses tenham acesso à fiscalização de como está a ser feito o serviço. -----

A questão do tarifário. Eu sei que devia ter lido isto com muito cuidado, mas acredito que o Prof. Rui Marques é capaz de esclarecer a questão da actualização do tarifário. A entidade reguladora propõe uma fórmula que eu não sei se está reflectida no contrato, não parece que esteja. E portanto o que a entidade reguladora diz aqui na página 18: "os valores para o tarifário constantes da proposta 13 apresentava preços constantes 2007, conforme indicado nos esclarecimentos. Actualizando aqueles valores de acordo com o índice a análise de preços de Dezembro de 2007, Dezembro 2008 e Novembro de 2009, de forma a reduzir o tarifário actualizado para 2010, constata-se que o resultado obtido é inferior em 6.9% aos valores constantes do anexo 6 à minuta do contrato de concessão, pelo que tal disparidade deve ser justificada. -----

Eu creio que isto pode estar lá reflectido, mas gostava de esclarecimentos. E depois há outros assuntos que não estão reflectidos na minuta que é a questão da aplicação das multas sobre os incumprimentos. Aqui de desenvolver um site na internet no prazo de 12 meses, também não está lá. Há aqui uma série de sugestões da entidade reguladora que não estão reflectidos na minuta do contrato, e portanto à parte de eu ter interpretado mal nomeadamente no tarifários e revisão do preço, acho que era importante obter essas informações da parte do Prof. Rui Marques. " -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
"Melhor seria neste momento deixarmos esses esclarecimentos para o ponto seguinte que é a minuta do contrato, uma vez que não se decidiu fazer a junção dos dois e a discussão." -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Bernardo Pereira - PS**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Presidente, dizia a minha avó que vitupério em boca própria não cabe muito bem. Mas a primeira vez que ouvi falar em entidades privadas na gestão e distribuição de água pública, já lá vão uns anos, largos. Tenho acompanhado alguns estudos que têm vindo a ser feitos no Brasil. Do que acompanhei sobre este contrato, queria dizer-lhe que o senhor e as pessoas que o ajudaram neste trabalho, fizeram um excelente trabalho, e eu só espero que a concessionária mantenha-se cá pelos 35 anos nas condições acordadas. Ou seja, que não aconteça, como disse o Sr. deputado do BE, que a concessionária, como aconteceu em alguns países, acabou por se desinteressar em manter o contrato, porque percebeu que tinha feito mau negócio. -----

Por agora temos um bom negócio. Temos um excelente trabalho. A grelha de valores em relação à tabela da água que nos vai ser vendida, parece-me muito bem defendida em termos de garantia de preço. E penso que nos anos futuros continuemos a ter uma das águas mais baratas a nível do país. Por isso, para si e para os seus colaboradores, os meus parabéns." -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Não havendo mais intervenções... Passo a palavra ao Dr. Vasco Cunha.”-----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu não estava à espera que o Prof. Rui Marques viesse dizer mal deste projecto. Da explicação que ele nos deu, há pelo menos duas coisas que retirei nota. Relativamente ao tarifário, que eu referi na minha intervenção ainda há pouco, e na dúvida voltei novamente a consultar os documentos, não consegui perceber, não consigo explicar a ninguém, e é uma dúvida legítima que tenho, nem sequer é enquanto eleito na Assembleia Municipal, mas como cidadão, é de saber quanto é que, por exemplo, pagará um consumidor doméstico que consuma X m<sup>3</sup>? Está cá uma tarifa média, mas não tenho noção do que é que isto equivale, por exemplo, para um consumidor industrial que consuma Y m<sup>3</sup>. Não tenho essa noção e peço desculpa se me falhou aqui alguma coisa. -----

Relativamente à questão de isto ser uma concessão, é evidente que é uma concessão durante 35 anos. Este contrato entre duas partes, que é a Câmara Municipal e a empresa que vai ficar a explorar as águas e o saneamento, a qualquer momento pode cessar, sendo um contrato. Isto é como um casamento, até havendo muita boa vontade das duas partes, ele pode cessar. É evidente que não cessa com a facilidade que parece que pode cessar, é evidente que há contra-partidas que têm de ser negociadas e que têm de ser dadas no momento em que pede a cessação. Era só para registar que num divórcio desta natureza, já sabemos que quando dois seres se juntam pelo casamento, hoje em dia já vão sendo alguns do mesmo sexo, também têm depois a negociação de um contrato, que é ao fim ao cabo aquilo que se está aqui a fazer. Portanto, se de hoje para amanhã chegarem à conclusão que é preciso se separar, que é preciso acabar, que é preciso cessar esse contrato, é evidente que há contra-partidas. Reitero as minhas dúvidas relativamente ao tarifário, mas são dúvidas de um cidadão preocupado com o preço da água.” -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Dr. Vasco Cunha, o tarifário é muito fácil. Eu moro ali na zona das Várzeas, e de vez em quando também tenho problemas com a água, e tenho uma moradia modesta mas sinceramente vivo bem. Vivo no concelho do Cartaxo. Água, mais saneamento, mais lixo, pago qualquer coisa como 23 euros por mês. Isto é aquilo que eu e a minha mulher pagamos numa factura de água, mais saneamento, mais lixo. Eu posso dizer, que o meu cunhado, não interessa aqui precisar a dimensão da sua moradia, mas posso garantir-vos que seguramente não é maior nem tem mais necessidades de água ou de saneamento do que a minha, ele vive no concelho da Azambuja, ele está a pagar qualquer coisa como 41 euros por uma dimensão de necessidade relativamente inferior. -----

O Município do Cartaxo nessa matéria, até posso-lhe dizer que bem podemos nos congratularmos, felizmente na generalidade não tem grandes problemas com a água. Acho que seria injusto estar agora aqui a referir o contrário. E espero que assim bem continue para o futuro. Aquilo que posso



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referir é que esta proporção é salvaguardada neste contrato. Aliás, vendo de outra forma pode-se referir o seguinte. Ao contrário do que veio a público, o tarifário que está aí assumido 1.59€/m3 média, é respeito à água mais saneamento. As Águas do Ribatejo não têm inferior a este tarifário seguramente. Eu estive na base da compreensão de todos os negócios das Águas do Ribatejo, posso dizer-vos que o valor que adiantei publicamente é muito mais próximo do valor real do que qualquer valor abaixo deste valor. Mas só para se compreender neste momento na Azambuja temos um valor superior a 2€, não interessa precisar quanto, e em Alenquer temos um valor próximo dos 3€/ m3 de tarifário médio. Por isso quando nós referimos efectivamente este tarifário conquistado nesse acordo, já carregando aquilo que são os 12%, o tarifário que aí está, porque foi o que foi considerado justo para tal, esse tarifário que aí está é um bom tarifário. E segura os valores cobrança aos nossos municípios, as 8 freguesias, nesta relação de proporcionalidade. Eu penso que um cidadão normal como nós, o que gosta de ouvir é isto. -----

Uma outra nota muito importante também. Nós, Município do Cartaxo, temos de ter consciência que ao longo de sete anos, os últimos sete anos, à excepção de um ano, em que subimos cerca de 2%, nós nunca reflectimos nem sequer a taxa de inflação, nem actualizámos o preço. Ou seja, é assim também que se compreende esta proporção, e esta diferença e a possibilidade de podermos dizer e defender que temos efectivamente um dos tarifários mais baixos. Aliás, quem for á página do ERSAR, a entidade reguladora, vê lá em termos de qualidade, em termos de aquilo que é o tarifário. O Município do Cartaxo felizmente há-de continuar a vê-lo relativamente bem posicionado. E falamos com o Presidente do ERSAR, discutimos com ele, também, tecnicamente este acordo, esta proposta. O parecer do ERSAR não é vinculativo, ou seja, não tem de ser respeitado na íntegra, tem que satisfazer ambas as partes. E o que é certo é que efectivamente chegámos ao ponto fundamental. -----

Dr. Pedro Mendonça, quando eu falei em qualidade, foi a questão de qualidade relativa ao nível da proposta dos investimentos, ou seja, da forma como os investimentos eram feitos. Não tem a ver com a água. A água essa felizmente com a questão da EPAL.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Não havendo mais intervenções, passamos à votação.” -----

Não havendo mais intervenções a Sr.ª Presidente pôs à votação a proposta do PSD. -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a adjudicação definitiva do Concurso Público para a Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de distribuição de água e de drenagem residuais do Cartaxo, com 16 votos a favor do grupo do PS, 5 votos contra, 2 votos do grupo do BE, 3 votos do grupo da CDU e 7 abstenções do grupo do PSD.**

**12. Concurso Público para a concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais do Cartaxo – Minuta do Contrato .** -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Passamos ao ponto 12º - Concurso público para a concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais do Cartaxo - Minuta do contrato. Intervenções?” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“É uma coisa rápida Sra. Presidente. Quem neste momento paga factura de água, não paga saneamento, como é que fica depois com o novo contrato com a concessionária?” -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“O saneamento é cobrado a quem é efectivamente prestado o serviço. Ou seja, não vai haver desigualdade de tratamento. Garante-se que quem não tem saneamento ou possibilidade de o ter, como sabem, por exemplo, os Casais Lagarto tem aquela circunstância de não ter ainda a ETAR a funcionar, só pagarão saneamento quando aquilo estiver a funcionar. Essas pequenas particularidades vão ser salvaguardadas. Há aqui todo um trabalho conjunto que agora começa, para além do período de transição que está previsto, vai haver um acompanhamento permanente. Aliás, e conforme foi dito pelo Professor e muito bem, todas as condições contratuais para serem alteradas obrigam revisão de contrato e de cláusulas. Por exemplo, pequeninas anotações de questões sociais que tenhamos que pontuar no futuro, e que vejamos que temos que alterar, negociamos com a outra parte e cá estamos para ver. Uma variável sobe, a outra desce. Um plano de investimentos não é estático. Se chegarmos á conclusão que temos que fazer determinada tipologia de investimentos diferente, podemos fazê-lo, alterando o plano de investimentos, e estamos cá para acordar com a outra parte. -----

Aliás, a questão da comissão de acompanhamento é uma realidade permanente. E o contributo dos cidadãos vai ser certamente dado, até porque nas propostas que foram apresentadas, não só pelo ERSAR, mais cedo ou mais tarde vai haver mecanismos automáticos de, não só de protesto, mas também de recomendações, alterações, aquilo que possa ser o contributo dos cidadãos na melhoria do sistema. Aliás, até porque as queixas, nesta como noutras matérias, far-se-ão notar rapidamente. Se houver efectivamente alguma falha, ela será detectada, e se for reincidente então só pode ser alterada.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Penso que o Prof. Rui Marques poderia dar algum esclarecimento à Eng.ª Luísa Pato.” -----

**O Prof. Rui Marques do Instituto Superior Técnico**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Só para esclarecer o que a Sra. Eng.ª questionou. A questão dos terrenos realmente tem razão, mas é uma questão que estava no caderno de encargos e que tinha de ser cumprida, não podia ser alterada. Foi no caderno de encargos assim definido, e portanto teria que ser cumprido, e nesta fase não se podia mudar, estamos ainda em fase de consulta pública, ainda só foi formalmente adjudicado agora pela Câmara a semana passada e agora na Assembleia, e portanto não



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

podíamos fazer essas alterações. -----

Referir que a questão do parecer da ERSAR foi praticamente todo cumprido, houve algumas alterações e eu explico já porquê. Uma tem a ver com a actualização do tarifário, tem essa diferença, porque o ERSAR utiliza um índice de preços dos consumidores normalizado, que é um índice de preços que nem sequer é utilizado em Portugal, é utilizado no espaço europeu, mas que se admite que no futuro pode ser universalizado. E para além disso utilizou meses diferentes de actualização, isto é, do princípio em que o contrato vai entrar em vigor até na altura em que foi lançado o concurso público. E portanto isso dá essa diferença. Porque é que dá uma diferença relativamente grande? Porque estamos em meses com alguma variação intensa, ou seja, começámos com uma deflação durante o ano de 2009, acabámos positivos, e portanto dá alguma diferença. Isso foi feito em negociação por acordo, chegou-se à conclusão que aquilo era um valor justo, e portanto é justificado, provado nos preços consumidores que a concessionária e a Câmara acharam por bem determinar, na perspectiva da sustentabilidade económico-financeira do contrato. O valor que o Presidente referiu de 1.59€ é um valor durante 35 anos. Não é um valor actual, o valor actual é mais baixo que esse por m<sup>3</sup>. Só que a média do valor durante os 35 anos corresponde a esse valor. -----

Depois um outro conjunto de situações que a ERSAR colocou, e relativamente à comissão de acompanhamento e a outras questões como o site, etc. Tem a ver com facto de o período em que o concurso decorreu e a avaliação até à data de hoje, ter sido aprovada a nova legislação para o regime dos serviços municipais e concessionários de água e resíduos do nosso país. -----

E este novo regime cujo contrato terá que adaptar, tem três anos para o fazer, prevê censo obrigatório numa comissão de acompanhamento. A ERSAR que manifestou na sua preocupação e entendeu porque é que nós não o fizemos já, precisamente porque estávamos numa fase de contratação pública e que seria bom começar a preparar essa comissão, e isso está a ser feito. Não resolvemos incluir já pela razão de estarmos numa fase de contratação pública, pode haver declarações de outros concorrentes, pode haver ainda um conjunto de diligências que não colocariam os concorrentes em igualdade. Aliás, também foi essa uma das razões precisamente porque não fechou o contrato com o primeiro concorrente, porque ele queria fazer algumas alterações, e como isso do nosso ponto de vista não cumpria a lei, e para pôr todos os concorrentes em igualdade optou-se por não aceitar essas reivindicações. -----

Portanto todas essas questões foram tidas em consideração. Nós quisemos precisamente cumprir escrupulosamente a lei, do ponto de vista de respeitar a fase da consulta pública, que está a decorrer neste momento. Nesse sentido é que essas alterações não foram feitas. -----

Relativamente à questão do tarifário. Portanto, aquilo que nós temos de fazer em função do consumo que existe por mês, ver o escalão correspondente, e multiplicar, consumidor industrial ou consumidor doméstico, e identificar o escalão a que pertence, e multiplicar pelo consumo respectivo. Também de referir que houve entretanto nova legislação aprovada, e que uniformiza os



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consumidores em dois tipos, domésticos e não domésticos, e que o contrato, também, terá que verter isso no futuro próximo. Todas essas alterações terão de passar sempre pela Câmara e pela Assembleia e terão sempre de ser ouvidas pelo regulador, que nalguns casos não tem parecer vinculativo, noutros tem parecer vinculativo. Questões de qualidade por exemplo, tem parecer vinculativo. E portanto não pode obviamente manter-se o mesmo custo, ou ter mais investimentos por deterioração da qualidade de serviço prestada, isso de modo algum é permitido, nesse âmbito o parecer do regulador é vinculativo e prevê sanções pecuniárias bastante fortes se as entidades concessionários e os concedentes não respeitarem esses mesmos pareceres. Portanto penso que são essas alterações que existiram relativamente ao parecer do ERSAR. -----

Também de referir só que depois penso que será disponibilizado a resposta formal à ERSAR explicando aquilo que foi feito, e naqueles em que não foi seguido escrupulosamente, porque que é que isso aconteceu, portanto bem fundamentado as razões que motivaram essas alterações ao que foi proposto.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Eng. Luísa Pato – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Há aqui uma cláusula que não foi reflectida na minuta do contrato, e que eu acho que é importante, porque realmente não traz custos acrescidos, a questão da rede pública. Na minuta do contrato continua limitada a 400 metros, o aumento da extensão da rede pública. E a entidade reguladora diz que tal limite não resulta da lei e os custos da extensão são suportados pelos requerentes. Mas continua a fazer parte da minuta do contrato?” -----

**O Prof. Rui Marques do Instituto Superior Técnico**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Foi uma condição o que a lei diz e o regime diz, é que sou obrigado a ligar, a custas do operador seja privado ou público, até 30 metros, diz a lei. O que aí está reflectido foi apenas posto, mas foi uma condição que tinha sido proposta e que tinha sido avaliada em face da mesma proposta, e portanto nós não poderíamos alterar. O que está em causa não tem qualquer tipo de penalização para o interesse público. O que diz é apenas na condição. Vamos ver o seguinte, é que aqui há duas questões que são sempre importantes, que é mesmo que um consumidor queira essa ligação a 500 metros e que a pague, tem custo de operação, e o custo de operação são todos que pagam. Portanto não se pode pensar a coisa de uma forma tão objectiva. Ou seja, mesmo que exista a que é paga por todos, portanto esse é o fundamento da justificação dessa norma que consta do contrato. Por isso é que própria lei pede 30 metros como condição”.-----

**O Membro da Assembleia Municipal Eng. Luísa Pato – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu creio que a Câmara do Cartaxo utiliza o argumento, porque o argumento continua a ser o mesmo, creio que continua a utilizar que é a rede pública não ter capacidade de satisfação do serviço, creio que continua a utilizar o mesmo argumento. E o que isto significa é que nós estamos



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a limitar a construção urbana. Não me parece mal, se quer que lhe diga, não parece mal esta questão.”-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Tenho só uma última nota. Só referir o seguinte, tem a ver com aquilo que o Dr. Vasco tinha referido. Compreenda-se o seguinte, o Prof. Rui Marques assim como a sua equipa, tal como o Dr. Rosado Correia, há que prestar essa homenagem a este trabalho, num processo muito complexo foram talvez dos mais críticos e da maior exigência possível. Ou seja, eu queria que ficasse bem claro que, ainda que se tratando de uma prestação de serviço, o trabalho que foi feito foi sempre assumido por nós que dado que não tínhamos capacidade técnica cá dentro, não obstante da qualidade dos nossos engenheiros e da parte financeira e jurídica, mas o envolvimento quer do Prof. Rui Marques quer do Dr. Rosado Correia, foi fundamental para chegarmos ao ponto em que estamos. E foram dos mais críticos. Posso até referir que em algumas das cláusulas, foram terminantes em determinado ponto em dizer: "Presidente, não aceite. Isso que está aí vai verificar-se daqui a 10 / 15 anos como uma condição que pode complicar a vida a quem cá esteja." Isso foram posições assumidas em inúmeras circunstâncias em determinadas cláusulas. Isto para referir que, como desde o início, a natureza complexa deste processo, foi trabalhada, e o prémio técnico que foi dado foi total. E não conseguiríamos chegar a isto que nós temos hoje. Foi referido aqui a questão da negociação, naturalmente, que existem sempre negociações, há que também salientar o papel do júri e da comissão de análise de propostas, mas não conseguiríamos chegar a este ponto se também não tivéssemos tido este apoio. Felizmente veio, e penso que temos aqui um bom acordo, agora há que mantê-lo, há que valorizá-lo, e há que sustentá-lo ao longo do tempo. Agora queria deixar isto bem claro, há diferentes prestações técnicas, há pareceres que nós pedimos para sustentar uma posição, há outros pareceres que nós pedimos para nos ajudar a tomar uma decisão, e eu queria tornar aqui bem claro que o acompanhamento que foi dado, foi o acompanhamento dado a quem quer tomar uma excelente decisão. E isso foi prestado por eles, prémio naturalmente da qualidade e da sua experiência. Mas foi um trabalho que foi feito na dureza da discussão, ou seja, não houve aqui qualquer perspectiva de dizer: "Pode-se aceitar, não se pode aceitar". Houve efectivamente o esgrimir do melhor dos argumentos na defesa da utilidade pública. E esse princípio, eu queria deixar bem claro, foi assumido desde início na Câmara. Nós dissemos que não tínhamos condições para esgrimir argumentos desta forma como foi apresentado. E agradecer naturalmente esse contributo.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Mais alguma intervenção?” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª Hélia Baptista – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“O Sr. Presidente disse que pagava 23€ por mês na sua moradia. Eu pergunto se daqui por 10 anos, pagará os mesmos 23€? É que eu depois daqui a 10 anos, posso ser viva, e o Sr. Presidente



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também, e encontrá-lo na rua e dizer-lhe: Olhe que os 23 euros já não são 23€". -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Eu honestamente vou-lhe responder, e agora vou responder politicamente. Eu espero sinceramente pagar mais, até porque espero passar muito mais tempo em casa.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

“Mais intervenções? Não havendo mais intervenções, passamos à votação.” -----

Não havendo mais intervenções a Sr.ª Presidente pôs à votação a proposta do PSD. -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a minuta do contrato do concurso público para a concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais do Cartaxo, com 17 votos a favor do grupo do PS, 5 votos contra, 2 votos do grupo do BE, 3 votos do grupo da CDU e 7 abstenções do grupo do PSD.**

### **13. Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas do Município do Cartaxo e Respectiva Fundamentação Económico-Financeira.**

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Vamos passar ao 13º e último ponto: Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas do Município do Cartaxo e Respectiva Fundamentação Económico-financeira. Intervenções?”-----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª Hélia Baptista – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“É a segunda vez que este regulamento está em cima da mesa, não é termos agora um ponto final. Esteve em consulta pública e não houve sugestões externas. Relativamente às sugestões internas apresentadas pela secção de Taxas e Impostos parece-nos uma contribuição louvável, pois vem acrescentar algo de benéfico, pois assim poderão vir eventualmente a beneficiar da isenção de taxas as comissões, associações e até mesmo os munícipes. Entendemos que no actual contexto socioeconómico teremos de nos congratular com o esforço que puder vir a ser feito pelas autarquias no sentido da prestação de auxílio às populações mais carenciadas. -----

O que me entristece, como dizia há bocado o Sr. Salgueiro, é que não tenham valorizado a minha tentativa de correcção no primeiro regulamento que cá veio. Eu tinha falado nas bombas e o Sr. Presidente até se riu, e lá continuam as bombas e não puseram bombas de combustível. É assim, eu vou passar por cima disso porque estou habituada à vida que já me ensinou a passar por cima de algumas coisas. Mas bombas, não são bombas de combustível. É uma questão de Português.”

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Mas atenção que eu referi que havia a diferença entre bombas e equipamentos explosivos.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª Hélia Baptista – PSD**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Bomba, pensa logo em bomba de combustível ou bomba que rebenta lá na guerra.” -----



## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“E na altura tive a ocasião de referir que havia de natureza convencional ou de natureza não convencional.” -----

**O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª Odete Cosme – BE**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Nós só queríamos dizer que vamos votar da maneira que votámos a primeira vez o documento, porque as anotações que deixámos nenhuma foi considerada em alteração ao documento. Houve aqui uma alteração, mas não teve nada a ver com aquilo que nós mencionamos. Portanto, o nosso sentido de voto será o mesmo.” -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Mais intervenções? Não havendo mais intervenções, passamos á votação.” -----

Não havendo mais intervenções a Sr.ª Presidente pôs à votação a proposta do PSD. -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas do Município do Cartaxo e Respectiva Fundamentação Económico-Financeira, com 25 votos a favor, 17 votos do grupo do PS, 5 votos do grupo do PSD, 3 votos do grupo da CDU e 1 voto contra do grupo do BE.** -----

**A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Agora quero perguntar à Assembleia se autorizam a aprovação da acta em minuta.” -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos membros presentes aprovar a acta sobre forma de Minuta, nos termos do disposto no artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata.** -----

### ENCERRAMENTO:

Não havendo outros assuntos a falar, a Sr.ª Presidente deu por encerrada a sessão, às vinte e três horas, agradecendo a presença do público, da comunicação social, do Executivo e de todos os membros da Assembleia.

Para constar se lavrou a presente acta, e eu, Joana Maria Ferreira Vergas, a redigi e subscrevi, vou assinar junto da Presidente.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

# SESSÃO ORDINÁRIA

## DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL